

Sábado, 26 de Abril de 1980



# DIÁRIO da Assembleia da República

I LEGISLATURA

4.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1979-1980)

## REUNIÃO PLENÁRIA DE 24 DE ABRIL DE 1980

**Presidente:** Ex.<sup>mo</sup> Sr. Leonardo Eugénio Ramos Ribeiro de Almeida

**Secretários:** Ex.<sup>mos</sup> Srs. Manuel Henriques Pires Fontoura  
 Alberto Marques Antunes  
 José Manuel Maia Nunes de Almeida  
 Francisco Gonçalves Cavaleiro de Ferreira

**SUMARIO.** — O Sr. Presidente declarou aberta a reunião as 15 horas e 35 minutos.

**Antes da ordem do dia.** — Deu-se conta do expediente, de requerimentos e de respostas a requerimentos.

Em declaração política, o Sr. Deputado Guilherme Santos (PS) falou sobre a EPAC, criticando a política governamental a propósito. Respondeu no fim a protestos dos Srs. Deputados José Cardoso (PSD) e Soares Cruz (CDS).

Também em declaração política, o Sr. Deputado Mário Tomé (UDP) referiu-se ao IV Congresso do seu partido.

O Sr. Deputado Carlos Lage (PS) procedeu à apresentação de um voto de protesto, que foi rejeitado, relativo à situação da engenheira Maria de Lurdes Pintasilgo, na sequência do que intervieram os Srs. Deputados Sousa Tavares (DR), Teresa Ambrósio (PS), Carlos Lage (PS), Zita Seabra (PCP), Amândio de Azevedo (PSD), Agostinho Domingues (PS), Notálio Correia (PSD), Rui Pena (CDS), Borges de Carvalho (PSD) e Heriberto Goulart (MDP/CDE). Registaram-se declarações de voto dos Srs. Deputados Carlos Lage (PS), Mário Tomé (UDP) e Amândio de Azevedo (PSD).

**Ordem do dia.** — Depois de lido pelo Sr. Deputado Pinto da Cruz (CDS) um relatório e parecer da Comissão de Regimento e Mandatos sobre a substituição de um Deputado do CDS, foi o mesmo aprovado.

A seguir, o Sr. Deputado Vital Moreira (PCP) proferiu uma declaração de voto relativa à proposta de Lei n.º 313/1, que fora rejeitada na última reunião.

Foi anunciada a apresentação da proposta de Lei n.º 314/1 e de vários projectos de lei.

O Sr. Presidente encerrou a reunião eram 20 horas.

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, vai proceder-se à chamada.

Eram 15 horas e 15 minutos.

Fez-se a chamada, à qual responderam os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PSD)  
 Afonso de Sousa Freire de Moura Guedes.  
 Alcino Cabral Barreto.  
 Álvaro Barros Marques de Figueiredo.  
 António Alberto Correia Cabecinha.  
 António Duarte e Duarte Chagas.  
 António José Ribeiro Carneiro.  
 António José dos S. Moreira da Silva.  
 Armando António Correia.  
 Carlos Matos Chaves de Macedo.  
 Cecília Pita Catarino.  
 Cristóvão Guerreiro Norte.  
 Daniel da Cunha Dias.  
 Daniel Abílio Ferreira Bastos.  
 Eleutério Manuel Alves.  
 Fernando José Sequeira Roriz.  
 Fernando Monteiro do Amaral.  
 Fernando Raimundo Rodrigues.  
 Germano da Silva Domingos.  
 Henrique Alberto F. do Nascimento Rodrigues.  
 Jaime Adalberto Simões Ramos.  
 João António Sousa Domingues.  
 João Aurélio Dias Mendes.  
 João Baptista Machado.  
 João Luís Malato Correia.  
 Joaquim Manuel Cabrita Neto.  
 Joaquim Marques Gaspar Mendes.  
 Jorge Rook de Lima.  
 José Ângelo Ferreira Correia.  
 José Baptista Pires Nunes.

José Henrique Cardoso.  
 José Maria da Silva.  
 José Theodoro da Silva.  
 Júlio de Lemos de Castro Caldas.  
 Leonardo Eugénio R. Ribeiro de Almeida.  
 Luis António Martins.  
 Manuel António Araújo dos Santos.  
 Manuel António Lopes Ribeiro.  
 Manuel Henriques Pires Fontoura.  
 Manuel Maria Moreira.  
 Manuel Maria Portugal da Fonseca.  
 Manuel Pereira.  
 Maria Adelaide Santos de Almeida Paiva.  
 Maria Manuela Simões Saraiva.  
 Mário Dias Lopes.  
 Mário Júlio Montalvão Machado.  
 Mário Martins Adegas.  
 Miguel Camolas Pacheco.  
 Natália de Oliveira Correia.  
 Nicolau Gregório de Freitas.  
 Nuno Aires Rodrigues dos Santos.  
 Pedro Manuel da Cruz Roseta.  
 Reinaldo Alberto Ramos Gomes.  
 Rui Alberto Barradas do Amaral.  
 Valdemar Cardoso Alves.

#### Partido Socialista (PS)

Agostinho de Jesus Domingues.  
 Alberto Marques Antunes.  
 Alberto Rodrigues Ferreira Camboa.  
 Amadeu da Silva Cruz.  
 António de Almeida Santos.  
 António Cândido de Miranda de Macedo.  
 António Carlos Ribeiro Campos.  
 António Chaves Medeiros.  
 António Duarte Arnaut.  
 António Fernandes da Fonseca.  
 António José Vieira de Freitas.  
 Aquilino Ribeiro Machado.  
 Avelino Ferreira Loureiro Zenha.  
 Beatriz M. de Almeida Cal Brandão.  
 Bento Elísio de Azevedo.  
 Carlos Alberto Costa de Sousa.  
 Carlos Cardoso Lage.  
 Edmundo Pedro.  
 Fernando Alves de Almeida Miranda.  
 Fernando Luís de A. Torres Marinho.  
 Francisco Igrejas Caeiro.  
 Frederico A. F. Handel de Oliveira.  
 Guilherme Gomes dos Santos.  
 Herculano Rodrigues Pires.  
 Joaquim José Catanho de Meneses.  
 Jorge Fernando Branco Sampaio.  
 José Maximiano de A. Almeida Leitão.  
 Júlio Francisco Miranda Calha.  
 Luís Abilio Conceição Cacito.  
 Manuel António dos Santos.  
 Manuel Joaquim de M. P. Tavares Santos.  
 Rodolfo Alexandrino Susano Crespo  
 Teófilo Carvalho dos Santos.  
 Victor Manuel Gomes Vasques.  
 Victor Manuel Ribeiro Constâncio.

#### Partido Comunista Português (PCP)

Adalberto António de V. Casais Ribeiro.  
 Alberto Jorge Fernandes.

Álvaro Augusto Veiga de Oliveira.  
 Álvaro Barreirinhos Cunhal.  
 Álvaro Favares Brasileiro.  
 António da Silva Mota.  
 Carlos Alberto do C. da Costa Espadinha.  
 Carlos Alberto do Vale G. Carvalhas.  
 Carlos Alfredo de Brito.  
 Custódio Jacinto Gingão.  
 Dinis Fernandes Miranda.  
 Domingos Abrantes Ferreira.  
 Ercília Carreira Pimenta Talhadas.  
 Fernando de Almeida Sousa Marques.  
 Fernando Freitas Rodrigues.  
 Francisco Miguel Duarte.  
 Hélder Simão Pinheiro.  
 Jerónimo Carvalho de Sousa.  
 Joaquim António Miranda da Silva.  
 Joaquim Gomes dos Santos.  
 Jorge do Carmo da Silva Leite.  
 Jorge Manuel Abreu de Lemos.  
 José Casimiro Sousa Correia.  
 José Ernesto I. Leão de Oliveira.  
 José Manuel Aranha Figueiredo.  
 José Manuel do C. Carreira Marques.  
 José Manuel Maia Nunes de Almeida.  
 José Rodrigues Vitoriano.  
 Josefina Maria Andrade.  
 Lino Carvalho de Lima.  
 Manuel Gaspar Cardoso Martins.  
 Maria Beatriz Ladeiras da Silva Nunes.  
 Maria da Conceição Moraes Matias.  
 Maria Ilda da Costa Figueiredo.  
 Marino B. de Vasconcelos B. Vicente.  
 Octávio Augusto Teixeira.  
 Rosa Maria Reis A. Brandão Represas.  
 Vital Martins Moreira.

#### Centro Democrático Social (CDS)

Adalberto Neiva de Oliveira.  
 Adriano Vasco da Fonseca Rodrigues.  
 Alexandre Correia de Carvalho Reigoto.  
 António Ferreira Pereira de Melo.  
 Artur Fernandes.  
 Carlos Alberto Faria de Almeida.  
 Domingos da Silva Pereira.  
 Eduardo Leal Loureiro.  
 Francisco António Lucas Pires.  
 Francisco Gonçalves Cavaleiro de Ferreira.  
 Francisco Manuel L. V. Oliveira Dias.  
 Henrique Manuel Soares Cruz.  
 Isilda Silva Barata.  
 João Daniel Marques Mendes.  
 João José Magalhães F. Pulido de Almeida.  
 João J. S. Fernandes Homem.  
 João da Silva Mendes Morgado.  
 Joaquim Rocha dos Santos.  
 José Manuel Macedo Pereira.  
 Luís António Matos Lima.  
 Luís Eduardo da Silva Barbosa.  
 Luís Filipe Pais Beiroco.  
 Luís Gomes Moreno.  
 Manuel António de A. e Vasconcelos.  
 Manuel Baeta Neves.  
 Manuel Eugénio P. Cavaleiro Brandão.  
 Maria José Paulo Sampaio.  
 Narana Sinai Coissoró.

Rui Eduardo F. Rodrigues Pena.  
Victor Afonso Pinto da Cruz.

**Partido Popular Monárquico (PPM)**

António José Borges G. de Carvalho.  
Gonçalo Pereira Ribeiro Teles.  
Henrique José Barrilero F. Ruas.  
Luis Filipe Ottolini Bebiano Coimbra.

**Agrupamento Parlamentar dos Reformadores**

Nuno Maria Monteiro Godinho de Matos.  
Pelágio E. de A. Matos Lopes de Madureira.

**Movimento Democrático Português**

Helena Tâmega Cidade Moura.  
Herberto de Castro Goulart da Silva.  
Luís Manuel A. de Campos Catarino.

**União Democrática Popular (UDP)**

Mário António Baptista Tomé.

**O Sr. Presidente:** — Responderam à chamada 166 Srs. Deputados.

Temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.  
*Eram 15 horas e 35 minutos.*

**ANTES DA ORDEM DO DIA**

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, o Sr. Secretário Pires Fontoura vai proceder à leitura do expediente.

Deu-se conta do seguinte

**Expediente**

**Cartas**

Da Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Secundária Polivalente da Maia a enviar uma moção, na qual verberam o comportamento dos estudantes envolvidos nos desmandos praticados em Torremolinos e solicitam sejam tomadas medidas que obstrem a que os mesmos se possam repetir.

De Ildo Gil Rodrigues Viegas, natural de Moçambique, reclamando contra o facto de não ter tido qualquer auxílio por parte do IARN e solicitando resolução do seu caso.

Da comissão reivindicativa dos chefes de secção da Administração Pública e das caixas de previdência a remeter uma moção, na qual manifestam a esperança de ver satisfeitas as suas aspirações, nomeadamente na atribuição de letra de vencimento.

Da Igreja Evangélica da Alumiara, em Vila Nova de Gaia, a enviar um exemplar da exposição feita ao então Ministro das Finanças acerca do pagamento do imposto sucessório na legalização de uma casa, e solicitando a melhor atenção para a resolução do problema.

De Francisco Pereira Francisco, residente em Andorra, solicitando seja levantado o mandato de captura que sobre si recai, de forma a poder regressar a Portugal e ao convívio dos seus.

**Ofícios**

Vinte e quatro ofícios e moções de diferentes órgãos autárquicos exigindo a aplicação integral da Lei das Finanças Locais, a confirmação da Lei de Responsabilidades do Poder Central e Local em matéria de Investimentos e a abertura de linhas de crédito às autarquias com juros bonificados.

Da Assembleia de Freguesia de Gião, Vila do Conde, a enviar fotocópia de uma moção aprovada em reunião de 28 de Março de 1980 repudiando os acontecimentos ocorridos na freguesia de Labrige, de que foram vítimas o presidente e secretário da Junta daquela freguesia.

Do presidente do conselho científico da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra solicitando a ratificação urgente do Decreto-Lei n.º 448/79, de 13 de Novembro — Estatuto da Carrera Docente Universitária.

Da Junta de Freguesia de Almada a remeter fotocópia de uma moção, na qual manifesta o seu total apoio à constituição nas freguesias dos tribunais de 1.ª instância denominados «julgados de paz».

Do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis dos Distritos do Porto e Aveiro a enviar algumas informações sobre a situação dos trabalhadores da Valfar e os graves acontecimentos ocorridos na Clandra do Bonfim.

Do Ex.º Provedor de Justiça emitindo o seu parecer acerca da situação dos ajudantes dos postos de registo civil.

Da Associação dos Deficientes das Forças Armadas expondo a sua posição em relação ao 1.º Congresso Nacional de Deficientes.

Da Assembleia Distrital de Viana do Castelo, transcrevendo uma proposta na qual foi deliberado solicitar a reposição do artigo 109.º (baldios e outras coisas comuns) da Lei n.º 79/77, sobre «atribuições das autarquias e competência dos respectivos órgãos».

**Telegramas**

De jornalistas da imprensa regional do Porto comunicando o teor de uma proposta aprovada durante uma reunião, na qual solicitam que se valorizem as comemorações do 25 de Abril, amnistando processos pendentes de alegado abuso de imprensa.

Três telegramas e um ofício, respectivamente da Câmara Municipal de Vila do Porto, da Junta de Freguesia de Castelo Branco, concelho da Horta, da Câmara Municipal do Nordeste, Açores e da Câmara Municipal da Ribeira Grande, solicitando a aprovação do Estatuto Definitivo da Região Autónoma dos Açores.

Três telegramas da ASPA, de Braga, da direcção da Associação Cultural dos Amigos do Parque Nacional da Peneda-Gerês e da Casa do Minho, em Lisboa, protestando contra a anuncioada abertura da fronteira em Portela do Homem.

**O Sr. Secretário (Pires Fontoura):** --- Na última reunião foram apresentados os seguintes requerimentos: ao Ministério da Educação e Ciência, formulado pelo Sr. Deputado Adriano Rodrigues; ao Ministério dos Assuntos Sociais, formulado pelo Sr. Deputado Silva Pereira; ao Ministério do Trabalho, formulado

pelo Sr. Deputado Herberto Goulart; às Secretarias de Estado da Cultura e do Ordenamento e Ambiente e aos Ministérios da Administração Interna e da Habitação e Obras Públicas, formulados pelo Sr. Deputado Gomes Fernandes; aos Ministérios das Obras Públicas e da Administração Interna e à Secretaria de Estado do Ordenamento e Ambiente, formulados pelo Sr. Deputado Vital Moreira; ao Ministério da Administração Interna, formulado pelos Srs. Deputados Marino Vicente e José António Veríssimo; ao Governo, formulado pelo Sr. Deputado Álvaro Brasileiro; ao Governo, formulado pelos Srs. Deputados António Mota e Ilda Figueiredo; ao Ministério da Indústria e Energia, formulado pelos Srs. Deputados Sousa Marques e Adalberto Ribeiro; ao Governo, formulado pelo Sr. Deputado João Amaral; aos Ministérios da Indústria e Energia e da Educação e Ciência, formulado pelos Srs. Deputados Vital Moreira e Jorge Leite; ao Governo, formulado pelos Srs. Deputados Jorge Lemos, Beatriz Nunes e Marino Vicente.

Foram recebidas as seguintes respostas a requerimentos: do Ministério da Agricultura e Pecas, ao requerimento apresentado pelos Srs. Deputados Vitor Louro e Jorge Leite na sessão de 23 de Janeiro deste ano; do Ministério da Indústria e Energia, ao requerimento apresentado pelos Srs. Deputados António Mota e Ilda Figueiredo na sessão de 26 de Fevereiro passado; do Ministério do Comércio e Turismo, ao requerimento apresentado pelo Sr. Deputado Marcelo Curto na sessão de 31 de Janeiro último; do Ministério da Habitação e Obras Públicas, ao requerimento apresentado pelo Sr. Deputado Hélder Pinheiro na sessão de 21 de Fevereiro do ano em curso; do Ministério da Administração Interna, ao requerimento apresentado pelo Sr. Deputado Jaime Ramos na sessão de 26 de Fevereiro deste ano; da Secretaria de Estado de Energia e Minas, aos requerimentos apresentados pelos Srs. Deputados Sousa Marques, Vitor Louro, Carlos Carvalhas, Ercília Talhadas, Ilda Figueiredo e Octávio Teixeira nas sessões de 29 de Janeiro e 7 de Fevereiro, respectivamente; da Secretaria de Estado da Marinha Mercante, ao requerimento apresentado pelos Srs. Deputados Carlos Espadinha, António Mota, Gaspar Martins, Alberto Jorge e Ilda Figueiredo na sessão de 7 de Fevereiro último; da Secretaria de Estado do Tesouro, ao requerimento apresentado pelos Srs. Deputados Raimundo Rodrigues, Ângelo Correia, Manuel Maria da Fonseca, Cardoso Alves e Adão e Silva na sessão de 13 de Março passado; da Secretaria de Estado das Pescas, ao requerimento apresentado pelo Sr. Deputado Carlos Espadinha na sessão de 29 de Fevereiro; da Secretaria de Estado do Fomento Agrário, aos requerimentos apresentados pelos Srs. Deputados Vitor Louro, Miranda Calha e João Amaral nas sessões de 29 de Janeiro e 14 e 15 de Fevereiro, respectivamente; da Radiodifusão Portuguesa, ao requerimento apresentado pelo Sr. Deputado Jorge Lemos na sessão de 3 de Março passado.

**O Sr. Presidente:** — Para uma declaração política, tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme Santos.

**O Sr. Guilherme Santos (PS):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A EPAC foi recentemente um exem-

plor claro da política facciosa e revanchista deste Governo, prova evidente da sua política de perseguição e saneamentos, prova evidente de que não prossegue, nem pretende prosseguir, uma política de defesa dos interesses do agricultor e dos consumidores. Dela foram saneados os seus dois principais gestores e líderes desde 1976, homens que apenas tinham, para este Governo, dois «defeitos»: serem competentes e serem socialistas.

A EPAC foi criada no VI Governo Provisório, pelo Ministro Magalhães Mota e pelo Secretário de Estado do Abastecimento e Preços, o socialista Mário Baptista na sequência do processo de reestruturação do Instituto dos Cereais, iniciado no VI Governo Provisório e concretizado com a nomeação de uma comissão de gestão e reestruturação desse Instituto, composta por três elementos, entre os quais os dois gestores agora saneados, um deles na presidência.

Significa isto que em 1976 o Instituto dos Cereais era, de facto, um conjunto anárquico e desordenado de dezanove entidades distritais, com objectivos distintos, com pessoal e estatutos de pessoal diferenciados, com instalações físicas independentes, com filosofias e processos de actuação não unificados. E toda esta situação se agrava com o facto de que os Governos sob *contrôle* ou influência comunista se apresentaram pressurosamente — tal como agora o fez o Governo AD, os processos revelam-se afinal idênticos — a colocar à frente do Instituto dos Cereais uma administração de *yes-men*, de homens dóceis à vontade do «partido», e que permitiram que o Instituto dos Cereais se tornasse um mero instrumento do Partido Comunista, com o seu corolário de desorganização interna, de indisciplina do pessoal, de prática de prepotências e arbitrariedades administrativas, etc. Isto numa estrutura que, já de si, não possuía a mínima organização ou unidade. A prová-lo estão, por exemplo, o desaparecimento e a destruição de vastas zonas de registos e documentos de 1974 e 1975, o caos administrativo total que se verificava no princípio de 1976, os pagamentos de cereal aos produtores com meses e meses de atraso, etc. Vejam-se, por exemplo, os pagamentos do subsídio do trigo da campanha de 75 — cereal entregue entre Julho e Outubro —, que só vieram a ser feitos em Maio de 1976, já pela administração agora saneada.

Dai que os objectivos principais que se visavam foram: melhoria imediata da prestação de serviços aos produtores nos domínios de armazenagem e pagamento; estudo da estruturação do IC e formas de ultrapassar o caos administrativo-institucional existente.

Como resposta ao primeiro objectivo: normalizaram-se, de imediato, as condições de pagamento ao produtor, criando-se condições ímpares de eficácia e celeridade de pagamento que evoluíram desde os 60 % imediatos: 40 % a oito dias de 1976 para os 2,9 dias de prazo médio de pagamento de 1978 e 1979, normalizaram-se as condições de recepção e armazenagem, recebendo totalmente, sem problemas e num prazo record, a considerável colheita de trigo de 1976, que, recorde-se, ultrapassou as 700 000 t; iniciou-se um programa de ampliação de silos e criação de novas estruturas, tendo-se criado entre 1976 e o presente 180 000 t de nova armazenagem; concentraram-se e unificaram-se administrativamente as estruturas regionais por

forma a facilitar o seu acesso e a sua prestação de serviços ao produtor.

Como resposta ao segundo objectivo, criou-se a EPAC em Agosto de 1976.

E, com a criação da EPAC, processo difícil e só possível pela forte liderança e pelo espírito de equipa que os dois gestores agora saneados conseguiram efectivamente introduzir na Empresa, criando um objectivo e uma meta comum a todos os seus trabalhadores, estimulando-os, canalizando construtivamente os seus esforços para uma obra de conjunto, conseguiu-se iniludivelmente a concretização dos seguintes objectivos:

1) Completa fusão orgânica e funcionamento dos dezanove organismos ou entidades que tinham dado origem ao Instituto dos Cereais, fusão total conseguida efectivamente no prazo *record* de pouco mais de um ano;

2) Uniformação total do estatuto de pessoal, criando um único estatuto para todo o pessol da Empresa;

3) Criação de um espírito de identidade e de unidade, isto é, criação de um verdadeiro espírito da Empresa;

4) Adopção de métodos e de uma mentalidade de gestão empresarial;

5) Valorização de um espírito de utilidade perante o exterior: os produtores e o consumidor;

6) Preparação da Empresa e dos seus trabalhadores para as inevitáveis alterações institucionais que a CEE determina.

Em suma, desde a unificação do estatuto de pessoal à unificação dos processos de gestão, à instalação física, etc., criou-se uma empresa, uma verdadeira unidade económica, com implantação e prestígio nacional e internacional, com eficácia de actuação e de serviços. E isto, por mais que custe ao Governo AD foi uma obra dos dois gestores saneados, foi uma obra dos Governos socialistas, foi uma obra só possível pelo espírito de construção comum de um objectivo que os gestores saneados souberam criar em todos os trabalhadores, e, se a EPAC na campanha que se aproxima cumprir sem problemas, como se espera e como é sua obrigação, a sua função de escoamento do trigo, tal deve-se apenas ao esforço interno e à importante obra que se realizou nos últimos quatro anos.

Mas falámos do passado, do presente fizemos o balanço, falemos agora do futuro que os gestores saneados e os Governos socialistas preparavam e desejam para a EPAC.

A próxima integração de Portugal na CEE seria, por isso só, facto bastante para determinar uma evolução necessária na Empresa, mas não só. A necessidade de dotar os agricultores portugueses de importantes instrumentos de comercialização e escoamento dos seus produtos, instrumentos que eles possam controlar e gerir, que sejam seus é um factor dominante na política socialista. Ora, o projecto socialista de evolução da EPAC compreenderia exactamente o aproveitamento das vastas estruturas regionais daquela Empresa, materiais, humanas, de conhecimento, em conjunto com a sua experiência e prestígio internacional, para dar origem à primeira *régie* cooperativa a constituir neste país, *régie*, cooperativa que, representando a associação íntima entre a EPAC, entre o Estado e os agricultores portugueses, não só representaria uma importante força no domínio da comercia-

lização eficaz dos produtos agrícolas, como, e mais importante, representaria uma força efectiva de comercialização cooperativa. É este o apoio eficaz, o apoio real que, no domínio da comercialização, o Estado pode e deve dar ao movimento cooperativo. Colocar ao seu serviço, sob a sua gestão, com a sua participação, as actuais estruturas estatais de comercialização, assegurando simultaneamente não só a força e a viabilização do movimento cooperativo, como também a própria sobrevivência das estruturas estatais existentes de outra forma coordenadas na estrutura económica e concorrencial do Mercado Comum.

A EPAC deveria assim, num quadro de liberdade de comércio e de livre circulação de matérias-primas como o que se prepara e deseja com a integração de Portugal na CEE, prosseguir a sua actividade segundo dois vectores dominantes: a actuação eficaz e competitiva de uma empresa do sector terciário prestadora de serviços, de armazenagem, de movimentação portuária, de *trader* nacional e internacional. Actividade a desempenhar num cenário de livre concorrência, mas onde as transformações verificadas na Empresa desde 1976 permitem encarar com tranquilidade o desafio da competitividade; a actuação vital de motor de uma vasta *régie* cooperativa de comercialização de produtos agrícolas, *régie* cooperativa que surgirá da ligação íntima entre a EPAC — e o Estado por seu intermédio — e os agricultores portugueses, *régie* cooperativa que constituirá a melhor arma para que os agricultores portugueses encarem, eles também, com tranquilidade a política de livre comércio e circulação de mercadorias que o Mercado Comum nos trará; *régie* cooperativa que, embora acessoriamente, constituirá a única forma de aproveitamento útil de uma estrutura que, espalhada por todo o país e com distribuição a nível quase concelhio, representa cerca de dois mil trabalhadores, mais de novecentos pontos de armazenagem e mais de 4 milhões de contos de património; estrutura que, de outra forma, estiolará progressivamente, como encargo extra do OGE.

Esta *régie* cooperativa, a surgir da ligação entre a EPAC e os agricultores, estenderá as suas actividades não só ao campo dos cereais e sementes, mas a um âmbito muito mais vasto, se bem que de forma progressiva. De facto será a base, o núcleo desse instrumento de comercialização cooperativa de quase todos os produtos agrícolas. Poderá abranger as oleaginosas, o vinho, a batata, os produtos horto-frutícolas, a própria carne, com a função de algumas estruturas da Junta Nacional dos Produtos Pecuários, etc.

Mas que quer afinal o Governo da AD? Já se definiu claramente o que a AD não quer. A criação de um importante instrumento de comercialização ao serviço do movimento cooperativo e de clarificação do mercado. Também não quer que se prove o que a EPAC iria provar: a vitalidade, o dinamismo, a criatividade de uma empresa pública capaz de, por si só, sem a bengala do OGE, enfrentar o importante desafio institucional da perda dos monopólios, situação que a EPAC encara desde 1978. O que a AD procurará conseguir com as transformações e cisões da Empresa que prepara sob *contrôle* e tutela da CAP — dividir para reinar — será um panorama de organismos ou empresas públicas estioladas, limitadas no seu campo de actuação, vivendo ao arrimo do OGE para, mais uma vez, poder triunfantemente afirmar

que o sector público é um parasita económico. Mas talvez que daqui até Outubro o tempo não lhe chegue. As transformações não se fazem com *yes-men*, nem se podem facilmente fazer contra a vontade dos trabalhadores, dos agricultores e dos utentes. Aguardemos ...

*Aplausos do PSD.*

**O Sr. José Cardoso (PSD):** — Dá-me licença. Sr. Presidente?

**O Sr. Presidente:** — O Sr. Deputado José Cardoso pede a palavra para que efectue?

**O Sr. José Cardoso (PSD):** — Para um protesto, Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente:** — Peço-lhe o favor de se cingir muito sucintamente à matéria do protesto, Sr. Deputado.

**O Sr. José Cardoso (PSD):** — Com certeza, Sr. Presidente. Protesto porque me pareceu que o Sr. Deputado Guilherme Santos, em vez de defender os agricultores portugueses, esteve, pura e simplesmente, empenhado em defender organismos estatais que ao longo dos anos provaram a sua ineficácia. Quer-me parecer que a EPAC continuou no ritmo da Junta Nacional dos Produtos Pecuários, das Frutas e outros mais, ou seja, em vez de ouvir os agricultores, foram organismos que se serviram a si próprios.

Pergunto ao Sr. Deputado, protestando ao mesmo tempo, se não concorda que os milhares de toneladas de milho que desapareciam no trajecto Lisboa-Montijo e que eram compensados com incorporação de água não estão na base do chamado processo de saneamento anunciado; pergunto se a péssima qualidade dos cereais importados que eram incorporados nas rações dando origem a problemas diabólicos na alimentação dos animais, não estará na origem daquilo que chamou de saneamento; mas ainda, se não estará a importação de aveias exóticas, que causaram problemas diabólicos aos agricultores portugueses, na origem do chamado saneamento invocado pelo Sr. Deputado Guilherme Santos?

Por tudo isto parece-me que é preciso exigir das entidades públicas o máximo de eficácia. E isso não está de maneira nenhuma a acontecer.

*Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.*

**O Sr. Soares Cruz (CDS):** — Sr. Presidente, peço a palavra para um protesto.

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado, pedia-lhe o favor de se cingir à matéria do protesto que determina a sua intervenção e de não formular pedidos de esclarecimento ou meras afirmações de contradição com aquilo que foi dito.

**O Sr. Soares Cruz (CDS):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Ouvi com muita atenção as palavras do nosso colega e amigo Guilherme Santos, mas dei xe-me dizer-lhe que fiquei extraordinariamente confundido ... Por um lado, ouvi-o defender, com um certo calor mesmo, o régimen cooperativo, porquanto estava a englobar as cooperativas numa grande de-

pendência do Poder Público; por outro lado, ouvi-o atacar o régimen que o actual Governo tem procurado estabelecer para a operacionalidade das cooperativas.

Deixe-me informá-lo de que está em preparação e entrará dentro de dias para apreciação nesta Câmara o Código de Direito Cooperativo, facto que nunca pudemos constatar vindo de um Governo socialista, que tão defensor se dizia das cooperativas mas que nunca deu um passo nesse sentido...

**Vozes do CDS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Deixe-me dizer-lhe ainda que os pseudo-saneamentos que se permitiu referir dos elementos da administração da EPAC talvez não sejam tão injustos quanto V. Ex.<sup>a</sup> acabou de pretender colocar nas intenções do Governo da Aliança Democrática. Posso afirmar que um dos elementos substitutos é um membro eleito pelos trabalhadores do organismo em causa. Não entendo, portanto, como é que V. Ex.<sup>a</sup> dizendo-se defensor de uma gestão em que os trabalhadores tenham participação activa, pode permitir críticas nesta Casa a uma atitude deste tipo.

*Aplausos do CDS.*

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme Santos, se desejar responder aos dois protestos de que foi alvo a sua intervenção.

**O Sr. Guilherme dos Santos (PS):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Em relação ao Sr. Deputado José Cardoso queria, já que me deu essa oportunidade, dizer-lhe mais alguma coisa e lembrar-lhe que falei hoje aqui da EPAC e dos dois gestores saneados, como amanhã poderei falar de mais algumas dezenas de homens válidos deste país que foram afastados das suas funções; poderia lembrar o afastamento que se operou hoje no Ministério da Agricultura e Pescas, substituindo-se um dos mais competentes técnicos em extensão rural, o Sr. Engenheiro Dias Nogueira que, aliás, é reconhecido internacionalmente; poderia falar aqui do Engenheiro Carita Frade, do Engenheiro Monteiro Diniz, do Dr. Vicente, do Dr. Beato ... Enfim, tudo isto, meu ilustre colega desta Assembleia, é uma tristeza!

**O Sr. José Cardoso (PSD):** — Que é uma tristeza digo eu!

**O Orador:** — Gostaria de o informar, em cima da hora, porque o acontecimento é de hoje, que os senhores sanearam no Instituto Cooperativo António Sérgio todos os representantes que o Estado lá tinha e meteram lá por exemplo, um representante que na primeira reunião quando se falou em cooperativas de 1.º grau e de cooperativas de base, ficou preocupado e perguntou «onde é que estava a base».

Queridos amigos e colegas, é triste que isto se diga nesta Casa, mas é em parte a política que vocês estão a fazer em relação a saneamentos.

*Protestos do PSD e do CDS.*

Em relação ao meu querido amigo e Sr. Deputado quando disse que a EPAC não servia os agricultores,

posso dizer-lhe que servia bastante mais do que serve o actual Governo e o actual Ministro do Comércio.

*Risos do PSD e do CDS.*

Dou-lhe um exemplo: o azeite foi aumentado à produção em 5% e aos intermediários em 12%. Penso que a EPAC nunca cometeu crimes dessa natureza!

Em relação ao seu querido amigo e Sr. Deputado do CDS, queria dizer que penso que o Sr. Deputado tem estado em Portugal nestes últimos anos...

**O Sr. Soares Cruz (CDS):** — Tenho si, Sr. Deputado.

**O Orador:** — Se tem, não tem estado atento ao trabalho que o Partido Socialista, quer no Governo, quer através dos seus militantes cooperativos, tem feito em prol do movimento cooperativo.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Se hoje existe um Código de Direito Cooperativo para ser discutido nesta Assembleia deve-se muito ao trabalho que os socialistas fizeram por esse País fora.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Sr. Soares Cruz (CDS):** — Não é bem assim!

**O Orador:** — Também lhe queria dizer, porque talvez não esteja muito esclarecido sobre o assunto, o que é uma *régie* cooperativa e daí a sua confusão ao dizer que defendi o organismo intervencionista e ao mesmo tempo os agricultores.

**O Sr. Soares Cruz (CDS):** — Foi o que eu disse!

**O Orador:** — Toda a tónica da minha intervenção, até porque sou agricultor e produtor de cereais, foi no sentido de defender os homens que trabalham na agricultura.

**Vozes do PSD e do CDS:** — Ah!

Sendo assim, as *régies* cooperativas têm intervenção, através do Estado, das empresas públicas e dos agricultores. É a única hipótese realista que pode existir para a transformação não só deste mas de todos os organismos de coordenação económica. De contrário, não faz sentido que eu fosse ocupar a EPAC para fazer uma cooperativa. Os senhores até são contra esse regime e nós também. Sr. Deputado, não tenha dúvidas, demonstrá-mo-lo já e estamos aptos a demonstrá-lo no futuro.

*Aplausos do PS.*

**O Sr. Bento Azevedo (PS):** — Dá-me licença, Sr. Presidente?

**O Sr. Presidente:** — O Sr. Deputado Bento Elísio de Azevedo pede a palavra para que efectue?

**O Sr. Bento Azevedo (PS):** — Para um protesto, Sr. Presidente, por declarações falsas feitas pelo Sr. Deputado Soares Cruz do CDS.

**O Sr. Presidente:** — O Sr. Deputado sabe que, regimentalmente, não o pode fazer. As declarações podem ser falsas ou inexatas, mas o protesto foi dirigido ao Sr. Deputado interveniente, que já respondeu adequadamente.

**O Sr. Bento Azevedo (PS):** — Sr. Presidente, penso que o meu partido foi de facto atingido na sua dignidade quando o Sr. Deputado Soares Cruz declarou que o Código de Direito Cooperativo, agora proclamado como bandeira da AD, nunca tinha sido apresentado nesta Assembleia. Devo lembrar-lhe que o Código de Direito Cooperativo foi defendido pela primeira vez nesta Assembleia pelo Partido Socialista.

**O Sr. Presidente:** — V. Ex.<sup>a</sup> está a sustentar uma prioridade que não atinge a dignidade de ninguém. A afirmação pode ser ou não exacta, mas, em termos intrínsecos, não atinge, volto a repetir, a dignidade de ninguém. Não lhe posso dar a palavra para esse efeito.

**O Sr. Bento Azevedo (PS):** — Sr. Presidente, penso que sim quando se falseiam os dados.

**O Sr. Presidente:** — A Mesa entende que não. Não lhe concedo a palavra para esse efeito, Sr. Deputado.

**O Sr. José Cardoso (PSD):** — Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.

**O Sr. Presidente:** — Faça favor, Sr. Deputado.

**O Sr. José Cardoso (PSD):** — O Sr. Presidente chamou-me a atenção para, através do meu protesto, me cingir pura e simplesmente à intervenção do Sr. Deputado Guilherme Santos. Só lamento que o Sr. Deputado Guilherme Santos não tivesse respondido a uma única das afirmações que fiz.

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado, a Mesa tem apenas de dar ao Sr. Deputado que tem o direito de fazer o contraprotesto a possibilidade de o fazer ou não. Não lhe pode cortar a palavra antes de acabar o tempo regulamentar sem saber quando é que ele o vai fazer...

Tem agora a palavra, para uma declaração política, o Sr. Deputado Mário Tomé.

**O Sr. Mário Tomé (UDP):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A realização do IV Congresso da UDP, cuja sessão plenária teve lugar no passado fim-de-semana, foi um acontecimento de grande importância política. Pela exemplaridade dos métodos adoptados no debate interno, pela ampla democracia que presidiu o processo de discussão que vinha decorrendo há já dois meses, pela coragem com que foram levados a público os problemas da organização, o Congresso da UDP foi um acontecimento único na vida política portuguesa.

Do IV Congresso saiu uma UDP mais forte e mais coesa em torno de um programa político claro, que

aponta para uma transformação radical na sociedade portuguesa.

A República Popular, que a UDP inscreve hoje no seu programa, é o regime político que o povo português deseja e para o qual apontam as transformações revolucionárias do 25 de Abril.

É um regime baseado na democracia dos trabalhadores e das organizações de massas, é um regime que garante as mais amplas liberdades democráticas para a esmagadora maioria do povo. É um regime que assegurará o bem-estar dos trabalhadores através de uma política económica virada para a satisfação das suas necessidades, tendo como motor fundamental o sector nacionalizado, a Reforma Agrária e a pequena produção camponesa. É um regime que salvaguardará a independência nacional, cortando todos os acordos ultrajantes com a NATO, o FMI e a CEE, e estabelecendo relações com todos os povos do Mundo, numa base de igualdade e de respeito mútuo.

Esta sociedade democrática, livre da exploração do grande capital e do imperialismo, só será possível pela luta abnegada e firme dos trabalhadores portugueses. É nas fábricas, nas escolas, nas aldeias mais recônditas do nosso país, na lutas de hoje, que ela se começará já a construir.

O caminho é já hoje empenharmo-nos na defesa das conquistas revolucionárias do 25 de Abril. Ele está sendo aberto pelas lutas dos assalariados rurais que, por todo o Alentejo e Ribatejo se levantam em defesa da Reforma Agrária, pela luta dos trabalhadores das empresas nacionalizadas, pela luta de todo o povo português em defesa dos direitos alcançados com o 25 de Abril.

É este caminho de luta frontal do povo em defesa do 25 de Abril, contra o regime reaccionário e anti-popular saído do 25 de Novembro, que o Congresso da UDP aponta a todo o povo português.

Aqueles que hoje nos governam querem fazer o País andar um século para trás... Estão empenhados em destruir tudo o que resta do 25 de Abril. Ameaçam os trabalhadores, desencadeiam a violência e o terror no Alentejo, amordaçam a comunicação social, montam tribunais plenários, atacam a Constituição.

Mas as forças da mudança existem. Elas não estão aqui, nesta Assembleia, hoje dominada por uma maioria de direita, também não estão nos partidos reformistas, que temem mais que tudo a luta do povo, e fazem do centro da sua política o Parlamento. Essas forças da mudança estão nas fábricas, nos campos, nas ruas, no povo que todos os dias se lança para a luta.

É a esses que se dirige o Programa Político revolucionário saído do IV Congresso da UDP.

A UDP no seu IV Congresso também não recebeu expor claramente aos olhos de todos as suas fraquezas, os seus erros, as suas debilidades. A coragem com que soube olhar para si mesma e apontar as suas falhas é uma prova inequívoca da sua vitalidade revolucionária, da sua capacidade de autotransformação, do seu desejo de corresponder às suas responsabilidades na situação política actual.

Do IV Congresso da UDP saiu a firme decisão do empenhamento nas batalhas políticas que se aviz-

ham e, em particular, nas eleições legislativas e presidenciais. O empenhamento, junto com outras organizações políticas e personalidades antifascistas, no levantamento da FUP como alternativa revolucionária, nas próximas eleições, aos partidos reformistas, ficou bem claro como um dos aspectos essenciais da intervenção política da UDP.

O Congresso assumiu o compromisso de tudo fazer para converter a FUP numa organização aberta à participação democrática dos trabalhadores e empenhada na acção política de massas e no combate ao Governo da Aliança reaccionária.

O IV Congresso debateu profundamente a situação em que se encontra o movimento popular em diferentes frentes de luta. Foi analisada a situação na Reforma Agrária, onde os trabalhadores vêm travando uma luta heróica contra as forças repressivas da GNR e, onde, não obstante, têm sido entregues milhares de hectares de terras aos agrários, pondo em perigo e destruindo grande número de cooperativas e UCPs. Foi analisada e debatida a situação do movimento camponês, que nos últimos dois anos, no Norte e Centro do País, se vem levantando em lutas importantes e libertando-se do caciquismo fascista. Foi analisada a grave situação criada no sector nacionalizado e os ataques às regalias dos trabalhadores.

A situação do movimento sindical, a participação da UDP nas principais lutas, pela defesa dos direitos e regalias dos trabalhadores, a sua actividade no seio dos sindicatos afectos à CGTP e no Congresso desta Central sindical foram debatidos pelos delegados presentes.

Mais empenhamento na luta, mais organização, mais atenção da parte da direcção nacional nestas importantes frentes de combate contra o Governo reaccionário de direita foi o compromisso firmemente assumido pelo Congresso da UDP.

A necessidade de virar a actividade da organização para importantes sectores do nosso povo, como as mulheres, que têm sido vítimas do desemprego, dos baixos salários, da carestia de vida, e que se vêem ainda hoje privadas de importantes direitos, foi outra decisão de grande importância política. Também a situação da juventude estudantil foi debatida e assumido o compromisso de lançar as bases da organização do trabalho juvenil.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Do IV Congresso saiu uma UDP nova, mais coesa, em torno da sua linha política revolucionária, mais determinada para a acção junto das massas trabalhadoras, mais madura para a intervenção na situação política nacional. A clareza das decisões e dos compromissos políticos assumidos, a unidade publicamente demonstrada, são a prova de que se enganavam redondamente aqueles que preconizavam o seu desfinhamento e a sua desagregação.

O aumento substancial da sua votação nas últimas eleições e hoje o Congresso que se acaba de realizar são a prova inequívoca de que, pelo contrário, a UDP é uma força política em crescimento, cheia de vitalidade, ligada aos trabalhadores, e destinada a ter um papel cada dia mais importante na evolução da situação política e nos problemas do País.

A UDP é hoje uma força política capaz de se afirmar como uma alternativa real, face às vacilações e à política de cedências e compromissos do PS e do PC.

Tem um programa político virado para a transformação radical da sociedade portuguesa e para a construção de uma sociedade verdadeiramente democrática, livre da exploração dos monopólios nacionais e internacionais. Tem uma linha de acção virada para a defesa das conquistas revolucionárias do 25 de Abril, através da mobilização dos trabalhadores.

Está aberta à participação de todos aqueles que querem lutar pela aplicação do seu programa revolucionário, que querem defender o 25 de Abril, aos operários, aos camponeses, aos intelectuais antifascistas, à juventude, às mulheres, a todas as camadas do nosso povo que querem avançar num caminho de mudança.

Está empenhada na construção de uma poderosa corrente de unidade popular, alicerçada nas lutas de todos os dias e nas organizações de classe dos trabalhadores.

Está aberta à acção comum com todos aqueles que, através da luta de massas, querem derrubar o Governo reaccionário da AD.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Os mil delegados presentes no Congresso da UDP, representando o sentir de amplas camadas do nosso povo, pronunciaram-se inequivocamente pelo derrube do Governo reaccionário da AD e reafirmaram o empenhamento de unir todo o campo democrático e antifascista em torno de um programa de luta imediato.

A defesa da Constituição contra a revisão reaccionária que a direita pretende; a defesa das nacionalizações e da Reforma Agrária; a luta pelas liberdades democráticas; a exigência da aplicação da lei da amnistia aos presos políticos; a luta pela independência nacional, contra as manobras da NATO, e a entrada de Portugal na CEE; a luta pelos direitos económicos e sociais do povo português, irão estar no centro da acção política da UDP.

E para este programa de acção imediata que a UDP chama todos os antifascistas, todos os democratas, todo o povo português. A luta e a unidade dos trabalhadores portugueses derrubarão o Governo reaccionário da AD e abrirão o caminho de mudança a que todo o povo português aspira.

O Sr. Presidente: — Dado que o PSD prescinde do uso da palavra para uma declaração política para a qual estava inscrito, segue-se a discussão e votação da moção de protesto apresentada por Deputados do Partido Socialista que foi lida na última sessão e que, como VV. Ex.<sup>as</sup> sabem, visa a situação da engenheira Maria de Lurdes Pintasilgo.

O Sr. Borges de Carvalho (PPM): — Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Borges de Carvalho (PPM): — Sr. Presidente, o texto que temos presente indica «Moção de protesto». Ora eu não sei sob que figura regimental é que a Mesa aceitou esta moção, pois de facto não consta do Regimento.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Que esperteza saloia!

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, a Mesa já tinha pensado no assunto, mas entende que é uma pura questão de gramática e que, com toda a certeza, a

posição do PS é a de integrar na figura de «voto de protesto» aquilo a que menos regimentalmente terá apelidado de moção.

Em todo o caso, porque o documento está admitido na Mesa e porque estamos a tempo de rectificar, sugiro ao Partido Socialista que transforme o título do texto para que fique de acordo com a figura regimental, dada a oportunidade da intervenção do Sr. Deputado Borges de Carvalho, que agradeço.

Não sei se o Partido Socialista está de acordo...

O Sr. Carlos Lage (PS): — Plenamente, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Nesse caso, considero substituída no texto do documento do PS a expressão «Moção de protesto» pela expressão «Voto de protesto».

Tem V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Deputado Carlos Lage, a palavra para fazer a apresentação do voto.

O Sr. Carlos Lage (PS): — Sr. Presidente e Srs. Deputados: Prossegue a intolerância e o sectarismo do Governo actual contra Maria de Lurdes Pintasilgo.

Mais um episódio dessa atitude persecutória é do conhecimento público e tem provocado reacções de indignação contra o Governo AD e de solidariedade para com Maria de Lurdes Pintasilgo.

Mas vamos aos factos.

Maria de Lurdes Pintasilgo é, como se sabe, e exclusivamente pelo seu mérito pessoal, membro eleito do Conselho Executivo da UNESCO, cuja reunião plenária se realizou recentemente.

Em resultado de medidas administrativas de índole política, Maria de Lurdes Pintasilgo é retida forçadamente em Lisboa «por conveniência de serviço», pelo que não pode comparecer e participar na referida reunião.

Restava-lhe apenas a possibilidade de se fazer substituir por representante por si indicado e não — como notícias vindas a público diziam — por qualquer elemento designado pelo Governo Português; assim, o elemento ilegitimamente designado pelo Governo nunca a poderia substituir nessas funções, ficando a sua cadeira vazia.

Era também do conhecimento público que o nome de Maria de Lurdes circulava nos meios da UNESCO como candidata à presidência da Comissão de Direitos do Homem, sustentada por uma grande maioria de membros da mesma, o que tornava a sua eleição quase certa.

Na sua ausência, forçada pelo Governo, veio a ser eleito o ex-Ministro da Educação da Guatemala, perdendo assim Portugal a oportunidade de se encontrar à frente de uma instituição defensora dos mais altos valores humanos.

Senhor Presidente e Srs. Deputados: O Partido Socialista e esta Assembleia não podem ficar indiferentes a este vergonhoso episódio.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Com efeito, estamos perante uma mesquinha vingança do Governo AD contra um

cidadão que, como Maria de Lurdes Pintasilgo, pela sua personalidade e valor pessoal, ascendeu a Primeiro-Ministro deste País não agradando com isso aos políticos da AD que, desde então, lhe movem uma campanha de calúnias e a sujeitam a decisões que visam humilhá-la.

Estamos também perante um claro menosprezo do prestígio do País, subordinado aos motivos particulares e efémeros, sempre circunstanciais, de antagonismo dogmático deste Governo contra quem lhe desagrada.

Mas a lição fundamental que se pode extrair deste comportamento do Governo é a de que não respeita os adversários, não admite a discordância nem reconhece a competência e que, caso dispusesse do poder de constrangimento sobre a generalidade dos cidadãos de que dispõe sobre a ex-Primeiro-Ministro, estariam ameaçadas as liberdades e garantias dos portugueses cujas palavras e actos não fossem conformes às suas orientações e preferências. Em boa verdade já o estão.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Perante mais esta inqualificável afronta a Maria de Lurdes Pintasilgo, que indubitavelmente goza de grande simpatia entre o povo português, o Partido Socialista faz o seu mais veemente protesto.

*Aplausos do PS e de alguns Deputados do PCP.*

Mas o povo português não deixará de tirar as suas conclusões e condenar este Governo e os seus métodos.

Maria de Lurdes Pintasilgo deixou um rastro de simpatia na sua passagem pelo Governo ...

**Vozes do PS:** — Muito bem! .

**O Orador:** — ...; consegue personificar muitas esperanças e contagiar com a sua fé e as suas convicções; os sectores reaccionários e o Governo AD não lhe perdoam este pecado: que, sendo católica, não seja conservadora, mas viva a mensagem evangélica;

*Protestos do CDS.*

...que, sendo mulher, assuma a sua condição em sentido libertador; que, sendo Primeiro-Ministro, fosse simples, inteligente, espontânea e popular.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

*Risos do PSD e CDS.*

**O Orador:** — Para o Governo AD é preciso neutralizar esta mulher, perseguir-la e humilhá-la.

É preciso também impedi-la de comunicar com o povo, calar a sua voz, silenciar o seu pensamento.

Por isso, e em perfeita sintonia com as represálias e prepotências exercidas pelo Governo sobre Maria de Lurdes Pintasilgo, o presidente da RTP proibiu a emissão de uma entrevista com ela no Telejornal das 20 horas da RTP-1, e o mesmo silenciamento pretendeu impor à RTP-2. Só, que, neste caso, a entrevista foi difundida, tendo originado um

conflito entre os responsáveis pela informação da RTP e a administração.

Por aqui se prova que a perseguição política movida contra alguém é sempre acompanhada de atentados contra a liberdade de informação e as liberdades fundamentais.

Aliás, pela mão do embaixador da AD na televisão, o seu presidente Vítor Cunha Rego, a televisão está transformada num palco de propaganda do Governo, servil e manipuladora como no tempo de Ramiro Valadão.

*Aplausos do PS, do PCP e do MDP/CDE.*

Maria de Lurdes tem muitos amigos em Portugal e no estrangeiro. A nossa moção foi publicada no *Monde* e na imprensa francesa.

A indignidade deste Governo e os seus métodos causam já escândalo nos meios democráticos da Europa.

*Risos do PSD e CDS.*

É o seu retrato moral e político.

*Aplausos do PS, do PCP e do MDP/CDE.*

**O Sr. Presidente:** — Está em discussão.

*Pausa.*

Tem a palavra o Sr. Deputado Sousa Tavares.

**O Sr. Sousa Tavares (DR):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O problema suscitado nesta Câmara por este voto apresentado pelo Partido Socialista precisa de ser examinado com o devido cuidado, sem paixão, objectivamente e procurando tirar-lhe qualquer recorte romântico de ataque ou de defesa de uma personalidade que, independentemente das acções políticas, basta ser uma personalidade e um cidadão para merecer o respeito de todos.

Nós, Deputados reformadores, somos, evidentemente, contrários à orientação política de Maria de Lurdes Pintasilgo, o que não quer dizer que não possamos respeitar em Maria de Lurdes Pintasilgo uma pessoa que se pode manifestar sincera nas suas atitudes políticas, que pode ter uma actividade construtiva ou não em relação ao País, que pode ser ou não merecedora de críticas, mas que, de qualquer maneira, é um cidadão português merecedor de respeito político.

Estou tanto mais à vontade para dizer isto quanto eu, pessoalmente, fui vítima de saneamento pelo Governo de Maria de Lurdes Pintasilgo...

**O Sr. Narana Coissoró (CDS):** — Muito bem!

**O Orador:** — ... em condições de certa maneira revoltantes e ofensivas da mais estrita liberdade política e de pensamento. Portanto, Sinto-me inteiramente à vontade para poder fazer aqui, de certo modo, a defesa da personalidade e da pessoa de Maria de Lurdes Pintasilgo. Estou mais à vontade do que ninguém nesta Câmara...

Mas, exactamente porque entendo que este problema de Maria de Lurdes Pintasilgo deve ser desdramatizado, entendo que não vale a pena falsear os

dados do problema e que eles devem ser vistos com o maior cuidado.

Apresentado o problema como foi apresentado pelo Sr. Deputado Carlos Lage, ele teria imediatamente a nossa inteira adesão se se tratasse de uma simples proibição de um cidadão português com representação especial no estrangeiro se poder deslocar no exercício dessa representação. Isto é: se, por mera vingança política, o Governo tomasse a atitude de não consentir a sua deslocação, isso seria para nós repugnante e todos nos uniríamos numa voz unânime de protesto.

**O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Muito bem!**

**O Orador:** — Simplesmente, há outras implicações do caso que não podem ser esquecidas. E uma das outras implicações que o Partido Socialista pretende fazer esquecer é que Maria de Lurdes Pintasilgo é neste momento um «embaixador à força», e essa situação não pode ser esquecida, porque é até uma situação anómala, aliás, situação profundamente anómala em face das democracias da Europa...

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — O cargo de embaixador, em qualquer parte do Mundo e em todos os Governos, é um lugar de confiança política de um Governo. Não me parece que em democracia ou fora de democracia se possa conceber a imagem de um embaixador não fiel ao pensamento político do Governo do seu país!

**Vozes do PSD e do CDS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Aliás, o cargo de diplomata de carreira é desempenhado por pessoas que, embora possam ter pessoalmente as suas opções políticas, são susceptíveis, em qualquer momento, de servir o Governo que está no Poder e de serem inteiramente fiéis às orientações e aos princípios que cada Governo defende em cada momento.

Ora, quer-me parecer que a personalidade política adquirida por Maria de Lurdes Pintasilgo devia fazer reconhecer a ela própria que não poderia representar bem o lugar de embaixador essencialmente político — porque é um lugar político — de um Governo inteiramente antagónico a ela e de que ela também era antagónica.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Quer dizer, há aqui uma questão que me parece que é sistematicamente esquecida: é que qualquer dignidade humana, e eu digo a minha com certeza me levaria automaticamente, no dia em que deixasse de ser Primeiro-Ministro nas condições em que o deixou de ser Maria de Lurdes Pintasilgo, a pôr à disposição do Governo o meu lugar, de inteira confiança, para ser demitido ou não livremente.

*Aplausos dos Deputados reformadores, do PSD, do CDS e do PPM.*

Parece-me que isto não pode ser discutido, mas essa atitude não foi tomada e é grave que não tenha sido. Aliás, não só não foi tomada, como, pelo con-

trário — e eu tenho uma boa memória dos factos —, Maria de Lurdes Pintasilgo, dois dias depois de ter deixado de ser Primeiro-Ministro, declarou à imprensa que retomaria dentro de dois dias o seu lugar em Paris, sem ter feito uma única diligência junto do Ministério dos Negócios Estrangeiros, sem sequer se ter apresentado ao Ministro, sem sequer ter feito uma tentativa para falar com ele! Foi um procedimento inédito, aliás característico de um certo «estouvamento» um pouco infantil e um pouco ingênuo do personagem, e que, por ser característico, não pode deixar de assumir a sua gravidade.

**Uma voz do CDS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Um embaixador nas circunstâncias de Maria de Lurdes Pintasilgo deveria pôr à consideração do Governo o seu lugar de confiança para saber se o Governo a manteria ou não.

É evidente que isso abriu uma questão. Também não vou dizer, porque procuro sempre ser profundamente objectivo e justo nas minhas interferências, que a actuação do Governo depois disso não se tenha revestido de aspectos antipáticos ou talvez simulando uma perseguição com a qual não posso de maneira nenhuma concordar, porque nunca estarei de acordo com perseguições de objectivos humanos.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Portanto, se, por um lado, entendo que a questão não pode de maneira nenhuma ser posta como o Partido Socialista a pretende pôr — e isso representa um gravíssimo sofisma perante a opinião pública, uma batota intelectual e moral que não deve ser feita nem diante do público nem diante do eleitorado...

*Aplausos dos Deputados reformadores, do PSD, do CDS e do PPM.*

... —, também não vou, por isso, considerar impecável o procedimento do Governo, até porque não o conheço em pormenor. Entendo que seria útil, para esclarecimento de todos nós que houvesse um esclarecimento total da parte do Governo em relação a este problema.

Não podemos, pois, de maneira nenhuma, subscriver o voto apresentado pelo Partido Socialista.

**O Sr. Gualter Basílio (PS): — Ainda bem!**

**O Orador:** — A ele nos opomos, porque não está suficientemente fundamentado. Mais: parte de premissas inteiramente falsas, como acabei de demonstrar.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Todavia, também gostaria que o Governo desse a esta Câmara e ao público português uma explicação total do que se passa: primeiro, em relação à situação da embaixadora Maria de Lurdes Pintasilgo — se continua a ser «embaixador à força», por vontade própria e do Sr. Presidente da República e contra vontade manifesta do Governo, e se ela foi ou não, pura e simplesmente, convidada a

demitir-se e se recusou —; e segundo, o que há sobre o Conselho Directivo da UNESCO, de que se fala tanto e de que falou o Sr. Deputado Carlos Lage. Eu não acredito, primariamente, nas formas sumárias como são apresentados diversos problemas.

**O Sr. Narana Coissoró (CDS):** — Muito bem!

**O Orador:** — Diz-se que Maria de Lurdes Pintasilgo foi eleita para um lugar por mérito próprio, acredito que sim, mas também acredito que 50% da influência que a levou a ser convidada para esse lugar deriva da sua posição de embaixador de Portugal junto da UNESCO. Trata-se de um lugar de confiança, como ficou demonstrado e é inatacável. Portanto, o que está primariamente em causa é se o Governo Português — um Governo democraticamente eleito — é ou não obrigado a suportar os embaixadores por actuação deles próprios e do Sr. Presidente da República. Parece-me que esta é a primeira questão que não pode ser iludida: tem um Governo de suportar os embaixadores que não quer? Sim ou não?

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado, terminou o seu tempo.

**O Orador:** — Comporta-se bem um embaixador que, sabendo que não tem a confiança política desse Governo e tendo mesmo tomado relativamente a ele atitudes políticas de animadversão, e vice-versa, pretende manter um lugar de confiança política desse Governo?

Esta é que é a questão fundamental em relação a Maria de Lurdes Pintasilgo. Tudo o resto são considerações sentimentais e demagógicas, talvez justificadas, mas a que não nos podemos de forma nenhuma associar, sem que primeiro seja dissecada esta situação, que é fundamental.

*Aplausos dos Deputados reformadores, do PSD, do CDS e do PPM.*

**A Sr.<sup>a</sup> Teresa Ambrósio (PS):** — Dá-me licença, Sr. Presidente?

**O Sr. Presidente:** — A Sr.<sup>a</sup> Deputada Teresa Ambrósio pede a palavra para pedir esclarecimentos?

**A Sr.<sup>a</sup> Teresa Ambrósio (PS):** — Não, Sr. Presidente. É para formular um protesto.

**O Sr. Presidente:** — Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**A Sr.<sup>a</sup> Teresa Ambrósio (PS):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Perante as afirmações do Sr. Deputado Sousa Tavares a propósito da intervenção e da apresentação do voto de protesto do Partido Socialista acerca dos lamentáveis acontecimentos relativos à embaixadora Maria de Lurdes Pintasilgo, o Partido Socialista protesta contra aquilo que foram na realidade umas «estouvadas» afirmações do Sr. Deputado Sousa Tavares.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**Vozes do PSD e do CDS:** — Não apoiado!

**O Sr. Manuel Moreira (PSD):** — Demagogia barata!

**O Sr. Pedro Roseta (PSD):** — Demagogia barata, não. Demagogia estúpida.

**A Oradora:** — Tanto mais estouvadas quanto o voto que o Partido Socialista apresentou se reportava à impossibilidade de a Sr.<sup>a</sup> Engenheira Maria de Lurdes Pintasilgo participar, como lhe é de direito pessoal, no Plenário do Conselho Directivo da UNESCO, para onde foi eleita a título pessoal, e não enquanto embaixador da UNESCO, como o Sr. Deputado Sousa Tavares procurou insinuar nesta Assembleia.

*Aplausos do PS.*

**Vozes do PSD e do CDS:** — Não é verdade!

**A Oradora:** — E ainda mais protesta quanto o conteúdo do voto do Partido Socialista fazia, no fundo, um apelo à dignidade dos governantes e dos responsáveis políticos deste país, que evitam a representatividade com dignidade e com competência em organismos internacionais através de cidadãos reconhecidos, enquanto continuam a apregoar a nossa entrada digna em instituições internacionais que nós não sabemos através de quem...

O meu partido protesta ainda pelo facto de o Sr. Deputado Sousa Tavares ter afirmado aqui que Maria de Lurdes Pintasilgo teria afirmado que voltaria para o seu lugar de embaixador, etc., para, logo a seguir, acrescentar que desconhece as relações entre o Governo e a embaixadora Maria de Lurdes Pintasilgo e solicitar a esse mesmo Governo que as explique, o que significa, portanto, que as suas primeiras afirmações são meramente gratuitas.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Sr. Narana Coissoró (CDS):** — Ai, tanta demagogia! ...

**A Oradora:** — Quanto à «batota moral» e quanto ao cinismo, esse é, sim, do Governo AD e de todos os meios de comunicação social que divulgam notícias erradas, falsas, torneando o assunto que está de facto em causa.

*Aplausos do PS e do MDP/CDE.*

**Vozes do PSD e do CDS:** — Não apoiado!

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Sousa Tavares, julgo que para contraprotestar.

**O Sr. Sousa Tavares (DR):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Desejo contraprotestar contra a «estouvadice» evidente das palavras da Deputada Teresa Ambrósio ...

*Aplausos dos Deputados reformadores, do PSD, do CDS e do PPM.*

..., porquanto, se Maria de Lurdes Pintasilgo tivesse sido convidada a título particular, nada obstava que ela fosse ao Plenário do Conselho Directivo da UNESCO, e a Sr.<sup>a</sup> Deputada Teresa Ambrósio sabe

que não há nenhum cidadão deste país proibido de sair das fronteiras do País e de ir ao estrangeiro.

*Aplausos dos Deputados reformadores, do PSD, do CDS e do PPM.*

Portanto, o convite feito à Sr.<sup>a</sup> Engenheira Maria de Lurdes Pintasilgo estava evidentemente implicado com a sua posição de embaixador de Portugal na UNESCO.

O Sr. Manuel Barbosa (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Isto é irrefutável e evidente e nem sequer o Governo teria poderes para proibir a sua ida se essa ida não fosse relativa à sua posição de embaixador na UNESCO, de «embajador à força», como acabei de dizer.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Isto não pode ser iludido nem mascarado. Não se pode dizer que foi convidada a título pessoal, porque isso é uma mentira. Caso o tivesse sido, teria ido, e nada obstaría a isso. Mas foi convidada e iria a título de embaixador de Portugal na UNESCO, e essa situação o Governo não lhe quer reconhecer. O Governo tem esse Jireito, porque se trata de um lugar político. Não sei se tem razão, digo só que tem direito.

Finalmente, quero dizer à Sr.<sup>a</sup> Deputada Teresa Ambrósio que eu não disse as minhas palavras estou-vadamente; pelo contrário, fundamentei-as muitíssimo bem. Trata-se de uma situação exclusivamente de carácter político e de confiança política e, sem que esta exista, um embaixador que se pretende manter no lugar à força cria evidentemente uma situação de antagonismo com o Governo.

Resta saber quem é que deve ceder perante um poder democrático: se é o Governo que deve ceder a uma pressão demagógica e sentimental, com razão ou sem razão, ou se é o embaixador que não merece confiança do Governo e que já deveria, em dignidade própria, ter pedido a sua demissão ...

*Aplausos dos Deputados reformadores, do PSD, do CDS e do PPM.*

O Sr. Agostinho Domingues (PS): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. Agostinho Domingues (PS): — Para uma ligeira intervenção, Sr. Presidente.

Eu desconheço a lei nas questões regimentais e, portanto, se me não for concedida a palavra, aceitarei a decisão.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, se me permite, eu próprio, que também ainda tenho muitas vezes algumas hesitações em matéria de Regimento, não tenho dúvidas nenhuma em esclarecer V. Ex.<sup>a</sup> de que não pode usar da palavra, mas digo-lhe porquê: os termos do artigo 86.<sup>º</sup>, n.<sup>º</sup> 3, do nosso Regimento: «Apresentado à Assembleia o texto da proposta de voto pela Mesa ou por um dos Deputados subscrito-

res, poderá usar da palavra para discussão um Deputado de cada partido pelo período máximo de cinco minutos, procedendo-se seguidamente à sua votação.»

Portanto, V. Ex.<sup>a</sup> não pode intervir, se pretende inserir-se neste sistema de protestos e contraprotestos que tem estado em causa. O que V. Ex.<sup>a</sup> pode, e a Mesa entende, é fazer o seguinte: usou da palavra um Sr. Deputado do seu partido para fazer a apresentação do voto, a Sr.<sup>a</sup> Deputada Teresa Ambrósio usou da figura específica do protesto, e, se V. Ex.<sup>a</sup> entender que quer fazer uma intervenção pelo período de cinco minutos, pode fazê-lo, mas esgota as possibilidades de intervenção do seu partido, podendo intervir depois por cada um dos restantes partidos um Deputado pelo mesmo período de tempo.

Deixo, portanto, à escolha de V. Ex.<sup>a</sup> a possibilidade de fazer ou não essa intervenção. É consigo e com o seu partido.

O Sr. Agostinho Domingues (PS): — Sr. Presidente, dado que está em causa a limpidez do espírito de Maria de Lurdes Pintasilgo, não usarei da hipocrisia do protesto ou contraprotesto para usar da palavra e, portanto, prescindo dela, aceitando perfeitamente a posição da Mesa.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, V. Ex.<sup>a</sup> tinha uma possibilidade de fazer uma intervenção. Não precisava de usar de uma figura que, peço licença para lhe notar, pode às vezes ser mal usada, mas nunca tive ocasião para considerar que fosse testemunho de hipocrisia fosse de quem fosse.

A Sr.<sup>a</sup> Teresa Ambrósio (PS): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Para que efeito, Sr.<sup>a</sup> Deputada?

A Sr.<sup>a</sup> Teresa Ambrósio (PS): — Sr. Presidente, senti-me atingida directamente na minha dignidade pelas palavras do Sr. Deputado Sousa Tavares e desejo protestar.

O Sr. Presidente: — Para esse efeito V. Ex.<sup>a</sup> vai ter a palavra, mas refere-se exclusivamente ao ponto em que a sua dignidade foi atingida.

A Sr.<sup>a</sup> Teresa Ambrósio (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não posso aceitar de forma nenhuma...

O Sr. Sousa Tavares (DR): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Um momento, Sr. Deputado.

A Sr.<sup>a</sup> Deputada Teresa Ambrósio pôs a questão de ter sido atingida na sua dignidade, e por essa razão tem sempre o direito de defesa, que a Mesa entende ser o uso da palavra por ela solicitado.

Nessas circunstâncias, a Mesa concede-lhe a palavra perfeitamente restrita ao ponto em que a Sr.<sup>a</sup> Deputada se considerou ofendida e previnida muito claramente de que, se não se cingir a esse

ponto em que se declara atingida, lhe retirarei a palavra.

**A Oradora:** — Muito obrigada, Sr. Presidente, mas eu conheço os meus direitos.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**Vozes do PSD:** — Não apoiado!

**A Oradora:** — Eu, nesta Assembleia, sou responsável por aquilo que digo e de maneira nenhuma deixo que me acusem de «estouvadices». Contudo, não desejo com as minhas palavras competir com o verbalismo, muitas vezes irresponsável, que o Sr. Deputado Sousa Tavares tem usado neste Parlamento, afirmando ele próprio que afinal não sabe nada do que se passa acerca de Maria de Lurdes Pintasilgo.

*Aplausos do PSD.*

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado Sousa Tavares, tem a palavra para responder ao protesto da Sr.<sup>a</sup> Deputada.

**O Sr. Sousa Tavares (DR):** — Sr. Presidente, só tenho a responder isto: é que fiz gala em usar exatamente a mesma expressão que a Sr.<sup>a</sup> Deputada Teresa Ambrósio tinha usado anteriormente em relação a mim.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Acho espantoso que a Sr.<sup>a</sup> Deputada não tenha a honestidade de dizer que me acusou primeiro de «estouvadice» e que eu apenas reproduzi a expressão usada por ela. Acho isso incrível!

*Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.*

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, continua em discussão o voto de protesto apresentado pelo PS e dou a palavra à Sr.<sup>a</sup> Deputada Zita Seabra.

**O Sr. Carlos Lage (PS):** — Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.

**O Sr. Presidente:** — Então faça favor, Sr. Deputado.

**O Sr. Carlos Lage (PS):** — Sr. Presidente, só quero saber se a Mesa anotou e se ficará devidamente registado que quem usou, pela primeira vez, a palavra «estouvado» foi o Sr. Deputado Sousa Tavares quando se referiu a Maria de Lurdes Pintasilgo.

*Protestos do PSD e do CDS.*

**O Sr. Sousa Tavares (DR):** — Sr. Presidente, exijo a prova de que isso é falso!

**O Sr. Carlos Lage (PS):** — Nós também exigimos.

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado Carlos Lage, a Mesa não pode deixar de lamentar...

*Protestos do PS.*

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, peço o favor de se conservarem em silêncio.

Sr. Deputado Carlos Lage, suponho que me portei em relação ao seu pedido como em relação a todas VV. Ex.<sup>as</sup> com a maior correcção quando, designadamente, alertei o seu companheiro de bancada para a circunstância de que já não podia entrar na figura de protesto e contraprotesto, mas fazer a intervenção, que, aliás, qualquer Sr. Deputado do seu partido ainda pode fazer.

Não posso deixar de lamentar que V. Ex.<sup>a</sup>, quando me pediu a palavra — criando na minha boa fé a convicção de que a pediria para anunciar o desejo de fazer a intervenção que o seu partido ainda pode fazer —, se tenha servido da magnanimidade com que a Mesa quis ouvi-lo — antes mesmo de a Sr.<sup>a</sup> Deputada Zita Seabra, a quem eu tinha dado a palavra — para fazer uma intervenção que é, a todos os títulos, ilegítima e anti-regimental.

*Aplausos do PSD, do PPM e do CDS.*

**O Sr. Pedro Roseta (PSD):** — É mentirosa!

**O Sr. Carlos Lage (PS):** — Quem é que é mentirosa?!

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Zita Seabra.

**A Sr.<sup>a</sup> Zita Seabra (PCP):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O PCP votará a favor do voto de protesto, apresentado pelo Partido Socialista, contra a inqualificável atitude do Governo de Sá Carneiro/Freitas do Amaral, de impedir a engenheira Lurdes Pintasilgo, ex - Primeiro - Ministro de participar na 109.<sup>a</sup> Sessão do Conselho Executivo da UNESCO.

Lurdes Pintasilgo foi eleita em 1976, em Nairobi, para o Conselho Executivo da UNESCO, com o apoio de 121 países, e deveria ser, nesta sessão, eleita para a presidência da Comissão de Convenções e Recomendações, mais vulgarmente conhecida por Comissão de Direitos do Homem. O Governo, ao reter Lurdes Pintasilgo em Lisboa, impediu que tal se concretizasse.

**Porquê?** Quais as razões por que Lurdes Pintasilgo é uma pessoa tão incómoda para a AD, para Freitas do Amaral e para Sá Carneiro?

Porque Lurdes Pintasilgo é uma mulher, que foi capaz de se colocar, quando Primeiro-Ministro, do lado dos oprimidos.

*Protestos do PSD.*

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, tenham a bondade de deixar a Sr.<sup>a</sup> Deputada profuir a sua intervenção, visto que, quem dela discordar em qualquer passo tem o pleno direito de, depois, reagir pelas formas regimentais.

**A Oradora:** — É que os Srs. Deputados da direita ficam muito nervosos quando ouvem falar em Lurdes Pintasilgo...

*Risos do PSD e do CDS.*

**O Sr. Presidente:** — Tenha a bondade de continuar, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

**A Oradora:** — Porque Lurdes Pintasilgo é católica praticante e teve a coragem de assumir a sua fé ...

*Risos do PSD e do CDS.*

... e ser coerente com ela, mesmo nas cadeiras do Poder. Porque Lurdes Pintasilgo teve a coragem de, como Primeiro-Ministro, contactar directamente com as populações e seus problemas num estilo de que as actuais passeatas à Tomás, de corta-fitas dos Ministros do Governo da AD, são uma ridícula caricatura.

*Aplausos do PCP, do PS e do MDP/CDE.*

Porque Lurdes Pintasilgo, pela sua competência granjeou um prestígio na UNESCO, que é, sem dúvida, uma das mais importantes organizações da ONU.

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**A Oradora:** — Outros motivos há que os três minutos de uma declaração de voto não permitem expor. Mas todos estes motivos são norteados pelo espírito revanchista, pela perseguição e pela mesquinhez de vingança por parte do Governo da AD.

À boa maneira do 24 de Abril, o 1.º canal da Televisão censurou uma entrevista de Lurdes Pintasilgo e impediou que as suas palavras chegassem aos telespectadores numa clara evidência que a AD tem medo da ex-Primeiro-Ministro, tem medo de Lurdes Pintasilgo. Tem medo de quem se lhe opõe. Tem medo da oposição. Essa censura na RTP não é uma prova de força, é uma prova de fraqueza, de medo de quem não está seguro no Governo.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**A Oradora:** — À boa maneira do 24 de Abril, o lugar de Portugal na reunião do Conselho Executivo da UNESCO ficou vago não na base de um critério de competência, pois a incompetência essa agora é Governo, é Ministro, é Secretário de Estado, mas na base da perseguição das pessoas pelas suas ideias.

À boa maneira do 24 de Abril, foi instalado um processo disciplinar ao jornalista que a entrevistou no 2.º canal da Televisão e, mais concretamente, por ter perguntado à ex-Primeiro-Ministro se pensava que se tratava de uma perseguição política, processo este mandado instaurar pelo presidente da comissão administrativa da RTP. Isto é censura, isto é uma tentativa de intimidação dos homens dos órgãos de comunicação social estatizada, isto são as concepções totalitárias e ditatoriais do Governo da AD.

*Aplausos do PCP, do PS e do MDP/CDE.*

À boa maneira do 24 de Abril...

**O Sr. Narana Coissoró (CDS):** — Do 11 de Março!

**A Oradora:** — ..., o Ministério dos Negócios Estrangeiros deixa mal o nome e o prestígio do País ao impedir Lurdes Pintasilgo de ocupar o lugar para que foi eleita na UNESCO.

Ao contrário do que afirmou o Sr. Deputado Sousa Tavares e da concepção que aqui trouxe do que são embaixadores, eles não são nomeados pelo Governo.

não são governadores civis, Sr. Deputado; são representantes do Estado e por isso mesmo a Constituição estabelece que são nomeados pelo Presidente da República e não pelo Governo.

*Aplausos do PCP, do PS e do MDP/CDE.*

**O Sr. Narana Coissoró (CDS):** — Asneira! Santa ignorância!

**A Oradora:** — Os portugueses democratas, e todos aqueles para quem o 25 de Abril significa e significa uma importante jornada de libertação, não podem deixar de ver neste caso um grave indício de que são, na verdade, os dirigentes da AD e os planos que têm para o nosso país.

É a perseguição, é a censura, é a revanche, são os atentados à liberdade e à democracia. É a mentira, a hipocrisia e o obscurantismo...

**O Sr. Pedro Roseta (PSD):** — Olha quem fala!

**A Oradora:** — ... transformados novamente em prática política oficial. Mas desenganem-se os senhores defensores do passado! As forças democráticas e os sentimentos democráticos do povo português são fortes bastante para impedir os sinistros planos da reacção e para garantir o prosseguimento e a consolidação do 25 de Abril.

*Aplausos do PCP, do PS e do MDP/CDE.*

**O Sr. Amândio de Azevedo (PSD):** — Peço a palavra, Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente:** — Para que efeito, Sr. Deputado?

**O Sr. Amândio de Azevedo (PSD):** — Para fazer um protesto, Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente:** — Tem V. Ex." a palavra.

**O Sr. Amândio de Azevedo (PSD):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não é sem muita mágoa que se abandona uma Assembleia do Conselho da Europa por razões, aliás, muito estranhas, onde se vive um clima de respeito mútuo, e se entra numa Assembleia onde as pessoas, para defenderem os seus pontos de vista, têm, necessariamente, de dirigir ofensas graves aos seus colegas de bancada!...

Considero intolerável o que está a passar-se nesta Assembleia da banda do Partido Socialista e agora também da banda do Partido Comunista!

*Protestos do PS e do PCP.*

O problema foi discutido com elevação, serenidade e democraticidade pelo Sr. Deputado Sousa Tavares.

*Risos do PS, do PCP e do MDP/CDE.*

Pode-se discutir se o Governo agiu ou não bem, se há ou não motivo para protesto; não se pode estar aqui a insultar outras pessoas, aliás com uma desfaçatez que atinge as raias do escândalo.

**Vozes do PSD:** — Apoiado!

**O Orador:** — Como é que um Deputado do Partido Comunista tem a ousadia de fazer acusações ao Governo de saneamentos, quando o seu partido desencadeou neste país uma onda terrível de saneamentos...

*Aplausos do PSD e do CDS.*

*Protestos do PCP.*

... com o único propósito de abrir vagas para serem assaltadas pelos seus militantes, pelos métodos mais antidemocráticos que já nos foi dado conhecer na nossa existência?

*Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.*

**Vozes do PCP:** — É falso! É falso!

**Vozes do PSD:** — É verdade, sim!

**O Orador:** — Mas, para vossa desgraça ...

**O Sr. Veiga de Oliveira (PCP):** — É mentira. O senhor sabe que é mentira!

**O Sr. Jerónimo de Sousa (POP):** — Provocador!

**O Orador:** — ... da vossa bancada podem vir todos os insultos que isso não chega para me fazer perder a serenidade, nem para evitar que eu vos faça, perante o povo português — que, esse sim, julga as vossas e as minhas palavras...

**Vozes do PCP:** — As suas, Sr. Deputado!

**O Orador:** — ..., para que vos ponha perante as vossas responsabilidades...

*Protestos do PCP.*

... de não fazerdes outra coisa senão dirigir insultos a quem não perfilha as vossas opiniões.

*Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.*

**Vozes do PCP:** — Provocador!

**O Orador:** — Quero dizer que, contrariamente ao que estão aqui a fazer, Srs. Deputados comunistas e socialistas, que é a manipular a dignidade de uma pessoa para prosseguirem os vossos objectivos políticos...

*Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.*

... respeito, como pessoa, a ex-Primeiro-Ministro Maria de Lurdes Pintasilgo...

**O Sr. Jorge Lemos (PCP):** — O senhor é hipócrita!

**Uma voz do CDS:** — Cale-se!

**O Orador:** — ..., mas não renuncio ao direito de fazer as minhas opções e as minhas críticas e ter até as minhas opiniões acerca do seu comportamento político, nem de apoiar o meu Governo quando ele tira, legitimamente...

**A Sr.<sup>a</sup> Teresa Ambrósio (PS):** — Não é legitimamente. É ilegitimamente!

**O Orador:** — ..., as ilações necessárias do seu comportamento político.

Situemo-nos neste plano, meus caros amigos, Deputados desta Assembleia da República: confrontemo-nos nas nossas ideias; deixemos de nos insultar uns aos outros!

*Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.*

*Protestos do PS e do PCP.*

**A Sr.<sup>a</sup> Zita Seabra (PCP):** — Peço a palavra, Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente:** — Desculpe, Sr.<sup>a</sup> Deputada, mas há ainda outros pedidos de palavra, não sei se pedidos de esclarecimento, se protestos, à sua intervenção. Naturalmente que quererá responder no fim a todos ...

**A Sr.<sup>a</sup> Zita Seabra (PCP):** — Sr. Presidente, não sei se os outros pedidos de palavra são protestos ou pedidos de esclarecimento ...

**O Sr. Presidente:** — Sr.<sup>a</sup> Deputada, como sabe, está assente, mais ou menos, por consenso que só no fim dos protestos e dos pedidos de esclarecimento é que o Sr. Deputado visado responde.

**Vozes do PS e do PCP:** — Não, não, Sr. Presidente!

**A Sr.<sup>a</sup> Zita Seabra (PCP):** — Penso que não há nenhum consenso nesse sentido, Sr. Presidente. Eu pelo menos nunca ouvi falar nele ...

**O Sr. Presidente:** — Acho que sim, Sr.<sup>a</sup> Deputada. Parece-me que está assim estabelecido.

**Vozes do PS e do PCP:** — Não, não, Sr. Presidente!

**A Sr.<sup>a</sup> Zita Seabra (PCP):** — Sr. Presidente, de qualquer maneira, perguntava-lhe para que efeito é que os outros Srs. Deputados desejam usar da palavra.

**O Sr. Presidente:** — Com certeza, Sr.<sup>a</sup> Deputada. Sr. Deputado Sousa Tavares, pode dizer para que efeito pediu a palavra?

**O Sr. Sousa Tavares (DR):** — Para um protesto. Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente:** — E o Sr. Deputado Agostinho Domingues pode dizer também para que efeito pediu a palavra?

**O Sr. Agostinho Domingues (PS):** — Para um pedido de esclarecimento à Sr.<sup>a</sup> Deputada do Partido Comunista Português.

**O Sr. Presidente:** — E o Sr. Deputado Almeida Santos?

**O Sr. Almeida Santos (PS):** — Para um protesto. Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente:** — E o Sr. Deputado Carlos Lage?

**O Sr. Carlos Lage (PS):** — Sr. Presidente, posso pedir a palavra para um protesto ...

**O Sr. Presidente:** — Pronto, Sr. Deputado, está registado.

**O Orador:** — ..., mas também posso usar da palavra ao abrigo da interpretação que o Sr. Presidente faz do Regimento, que concede ao Grupo Parlamentar Socialista — segundo o entendimento generoso de V. Ex.<sup>a</sup> — mais cinco minutos.

**O Sr. Presidente:** — Mas isso não é agora, Sr. Deputado. Além disso, não é entendimento generoso, é o entendimento muito claro da disposição que há pouco invoquei.

Neste momento, o que está a processar-se é que houve uma intervenção da Sr.<sup>a</sup> Deputada Zita Seabra em relação à qual há pedidos de esclarecimento e protestos.

**O Sr. Carlos Lage (PS):** — Então prescindo da palavra, Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente:** — V. Ex.<sup>a</sup> poderá usar ainda da palavra, na altura própria, para uma intervenção, mas agora terá de correr o processo de protestos e pedidos de esclarecimento dirigidos à Sr.<sup>a</sup> Deputada Zita Seabra.

**O Sr. Carlos Lage (PS):** — Com certeza, Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente:** — Também deseja usar da palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Natália Correia.

Antes de prosseguirmos os trabalhos, desejava lembrar a todos os Srs. Deputados que a razão de ser de estarmos aqui é a condição eminentemente democrática desta Casa e parece-me que bem poderia, cada um de nós, tomar como lema do seu comportamento nesta Sala uma reflexão que me parece ser de Voltaire e que, neste momento, me ocorre ao espírito: «Eu defenderei até à morte o teu direito de discordares de mim.» Por esta razão, quando outras não houvesse para o apelo que faço a VV. Ex.<sup>as</sup>, apelo para os vossos sentimentos democráticos, mas de uma maneira muito particular, para a vossa comprovada educação cívica e de pessoas.

**O Sr. Manuel Moreira (PSD):** — Muito bem!

**O Sr. Presidente:** — Peço, portanto, que, seja qual for a vivacidade e a profundeza de convicção que cada um sinta necessidade de pôr nas ideias que expressa, o faça com o mínimo de elegância que o torne condigno consigo próprio, com quem o ouve, mas, acima de tudo, com a Câmara em que todos nos encontramos.

Se V. Ex.<sup>a</sup>, Sr.<sup>a</sup> Deputada Zita Seabra, deseja usar da palavra para responder imediatamente ao contraprotesto do Sr. Deputado Amândio de Azevedo, tem três minutos para esse efeito.

**A Sr.<sup>a</sup> Zita Seabra (PCP):** — Antes, Sr. Presidente, desejaria interpelar a Mesa.

**O Sr. Presidente:** — Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

**A Sr.<sup>a</sup> Zita Seabra (PCP):** — Desejaria saber exactamente qual foi a norma regimental pela qual o Sr. Deputado Amândio de Azevedo usou da palavra.

**O Sr. Presidente:** — Sr.<sup>a</sup> Deputada, o Sr. Deputado Amândio de Azevedo pediu a palavra muito claramente para um protesto.

**A Sr.<sup>a</sup> Zita Seabra (PCP):** — Então, Sr. Presidente, faria um contraprotesto.

**O Sr. Presidente:** — Faça favor, Sr. Deputada.

**A Sr.<sup>a</sup> Zita Seabra (PCP):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Aos factos que eu aqui trouxe, e eles são claros...

**O Sr. Manuel Moreira (PSD):** — Segundo a vossa opinião...

**A Oradora:** — ... é o saneamento da engenheira Maria de Lurdes Pintasilgo, é o impedimento...

**O Sr. Presidente:** — Sr.<sup>a</sup> Deputada, o protesto do Sr. Deputado Amândio de Azevedo visou uma certa forma de expressão e não o tema que V. Ex.<sup>a</sup> tratou. Pedia-lhe, portanto, que na sua resposta se cingisse ao protesto feito pelo Sr. Deputado Amândio de Azevedo.

#### *Protestos do PCP e do PS.*

**A Oradora:** — Sr. Presidente, creio, aliás, que o Sr. Deputado Amândio de Azevedo não fez nenhum protesto; o Sr. Deputado caluniou, falsificou e inventou. Foi isso o que o Sr. Deputado fez.

#### *Aplausos do PCP e de alguns Deputados do PS.*

**O Sr. Presidente:** — Faça favor de continuar, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

**A Oradora:** — E perante as calúnias, os insultos, as invenções, as falsidades e as mentiras que o Sr. Deputado Amândio de Azevedo aqui trouxe, nós, comunistas, o que trazemos aqui são factos. E o facto é que o actual Governo, com as suas claras tendências totalitárias e ditatoriais ...

#### *Risos do PSD e do CDS.*

... contra aqueles que se lhe opõem, impediu a engenheira Maria de Lurdes Pintasilgo ...

**O Sr. Fernando da Costa (PSD):** — Isso é calúnia!

**A Oradora:** — ... pelo facto de ter sido ex-Primeiro-Ministro neste País e de discordar — como, aliás, o Sr. Deputado Sousa Tavares há pouco dizia, por transformar os embaixadores em meros governadores civis, de estar presente na reunião do Conselho Executivo da UNESCO, deixando vaga a cadeira de Portugal.

Mas, são mais os factos que aqui trouxemos:

quando dizemos que no 1.º canal da RTP a engenheira Lurdes Pintasilgo foi impedida de usar da palavra numa entrevista que lhe foi feita, isso é verdade e a isso, em qualquer parte do mundo, chama-se censura. Sr. Deputado Amândio de Azevedo.

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**A Oradora:** — Quando no 2.º canal da RTP também foi entrevistada e se instaura um processo disciplinar ao jornalista que a entrevistou, o Governo da AD está a fazer o pior que se pode fazer aos homens da comunicação social: amedronta-os pelo pão. amedronta-os pelo seu trabalho.

**O Sr. Narana Coissoró (CDS):** — Isso era no Verão de 75!

**A Oradora:** — Isto é ainda mais grave e pior do que a censura, Sr. Deputado. Isto é tentar intimidá-los, limitando o seu direito ao trabalho.

Foram estes factos que eu aqui trouxe; o que o Sr. Deputado aqui trouxe são calúnias! Isso é uma prova de fraqueza, Sr. Deputado.

*Aplausos do PCP, do MDP/CDE e Sr. Deputado do PS António Macedo.*

**O Sr. Amândio de Azevedo (PSD):** — Peço a palavra, Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente:** — Para que efeito, Sr. Deputado?

**O Sr. Amândio de Azevedo (PSD):** — Sr. Presidente, acabo de ser atingido gravemente...

**O Sr. Presidente:** — Desculpe, Sr. Deputado, mas pediu a palavra para que efeito? Gostaria que me anunciasse a figura regimental que invoca.

**O Sr. Amândio de Azevedo (PSD):** — Com certeza, Sr. Presidente.

Como ia dizendo, sinto-me gravemente atingido na minha honra pelas palavras da Sr.ª Deputada Zita Seabra e por isso queria dar uma ligeira expli-cação à Câmara.

**O Sr. Presidente:** — Explicação não pode, Sr. Deputado. Pode usar do direito de defesa.

**O Sr. Amândio de Azevedo (PSD):** — Aliás, Sr. Presidente, a figura regimental é a de explicações à Câmara. Se o Sr. Presidente entende que é direito de defesa, conformo-me com isso. Não faço questão no enquadramento regimental.

**O Sr. Presidente:** — O Sr. Deputado cingir-se-á muito expressa e unicamente às palavras que a Sr.ª Deputada Zita Seabra proferiu e que o Sr. Deputado diz que o atingiram na sua honra.

**O Sr. Amândio de Azevedo (PSD):** — Totalmente, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Prezo-me de cum-prir o Regimento desta Assembleia; prezo-me de ser

uma pessoa honrada. Precisamente por isso é que me vou limitar a chamar a atenção da Câmara para a escalada do Partido Comunista. Agora já sou calu-niador, mentiroso e não sei que mais qualificações que a Sr.ª Deputada Zita Seabra me fez.

**O Sr. Jorge Lemos (PCP):** — E é!

**O Orador:** — Infelizmente, há pessoas a quem não vale a pena fazer apelos!

*Aplausos do PSD.*

**Vozes do PCP:** — A sua intervenção é que foi!

**A Sr.ª Zita Seabra (PCP):** — Peço a palavra, Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente:** — Faça favor, Sr.ª Deputada.

**A Sr.ª Zita Seabra (PCP):** — Sr. Presidente, era para dizer ao Sr. Deputado Amândio de Azevedo ...

**O Sr. Amândio de Azevedo (PSD):** — Ao abrigo de quê, Sr. Presidente?

**A Oradora:** — É exactamente nos mesmos termos em que o Sr. Deputado usou da palavra, Sr. Deputado Amândio de Azevedo.

*Protestos do PSD e do CDS.*

**O Sr. Presidente:** — Desculpe, Sr.ª Deputada, mas o Sr. Deputado não a atingiu na sua honra; ele limitou-se a dizer que ele é que tinha sido atingido. Assim nunca mais saímos deste diálogo ...

*Protestos do PCP.*

**A Sr.ª Zita Seabra (PCP):** — Sr. Presidente, dá-me licença?

**O Sr. Presidente:** — Não, Sr.ª Deputada. Não há figura regimental pela qual lhe possa dar a palavra.

Vamos, portanto, continuar.

Tem a palavra o Sr. Deputado Sousa Tavares para um protesto, dispondo de três minutos.

**O Sr. Sousa Tavares (DR):** — Não os usarei, Sr. Presidente.

Queria só dizer à Sr.ª Deputada Zita Seabra que não usei, de maneira nenhuma, nem utilizei a expres-são de que os embaixadores eram nomeados pelo Governo.

**O Sr. Carlos Brito (PCP):** — Não entendeu!

**O Orador:** — Eu sei muito bem que eles não são nomeados pelo Governo. O que eu disse é que o cargo de embaixador era um lugar de confiança política de um governo. Penso que isto é perfeitamente indis-cutível.

**O Sr. Vital Moreira (PCP):** — É sim senhor. É uma tolice grande.

**O Orador:** — Não pretendi esvaziar, de maneira nenhuma, a missão dos embaixadores; sei que repre-

sentam um Estado, mas sei também que representam uma função de confiança política de um governo, sobretudo um embaixador essencialmente político como é ser embaixador da UNESCO, que nem sequer é de carteira.

Portanto, o que pergunto à Sr.<sup>a</sup> Deputada Zita Seabra é se conhece alguma situação similar no mundo ...

**O Sr. Vital Moreira (PCP):** — É muito ignorante ...

**O Orador:** — ..., ou se um governo comunista ou democrático admitiria jamais ...

**O Sr. Sousa Marques (PCP):** — Cale-se, Sr. Deputado ...

**O Orador:** — ... em algum sítio um embaixador assim, com que, por exemplo, o Governo da URSS não estivesse de acordo, mas que tivesse sido nomeado e mantido pelo Presidente da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Gostaria de saber se isso seria possível em qualquer situação democrática normal em qualquer país no mundo. Qual é a anomalia que existe?

**O Sr. Vital Moreira (PCP):** — É muito ignorante. este homem!...

**O Sr. Presidente:** — Sr.<sup>a</sup> Deputada Zita Seabra, deseja responder já ou no fim?

**A Sr.<sup>a</sup> Zita Seabra (PCP):** — Pretendo responder já, Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente:** — Então faça favor, Sr.<sup>a</sup> Deputada. Dispõe, como sabe, de três minutos.

**A Sr.<sup>a</sup> Zita Seabra (PCP):** — Respondo até em menos tempo ao Sr. Deputado Sousa Tavares.

Sr. Deputado Sousa Tavares, o que se passa na Rússia, na União Soviética ou em qualquer outro país não conheço ...

**Vozes do PSD e do CDS:** — Ah não?!...

**A Oradora:** — ...; agora o que se passa aqui, em Portugal, conheço.

**Vozes do PSD e do CDS:** — Ah!

**A Oradora:** — E digo-lhe mais, Sr. Deputado: aquilo que se passa aqui, em Portugal, é que, depois do 25 de Abril, houve sempre embaixadores que discordavam das posições dos vários governos que foram passando. E, neste caso, é o actual Governo o primeiro que acha intolerável ter um embaixador que não tem as mesmas opiniões políticas ou ideológicas que o Governo que está em vigor.

**O Sr. Carlos Brito (PCP):** — Essa é que é a questão!

**A Oradora:** — E pergunto-lhe, Sr. Deputado Sousa Tavares: acharia legítimo que, nas eleições que vão

realizar-se em Setembro, se viermos a ter, como pensamos, um governo de esquerda ...

**Risos do PSD.**

... sejam saneados todos os embaixadores que estejam agora com a política da AD? O Sr. Deputado Sousa Tavares acharia isso legítimo? Ou, nesse caso, a política já deveria ser diferente e o senhor já não faz o mesmo julgamento?

**Aplausos do PCP.**

**O Sr. Narana Coissoró (ODS):** — Não apoiado!

**O Sr. Presidente:** — Para pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Agostinho Domingues.

**O Sr. Agostinho Domingues (PS):** — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada Zita Seabra: V. Ex.<sup>a</sup> afirmou que Maria de Lurdes Pintasilgo é católica praticante. Esta afirmação é perfeitamente confirmada pelos factos e não carece de demonstração.

No entanto, houve reacções das bancadas do PSD e do CDS, reacções que naturalmente se podem interpretar no sentido da dúvida quanto ao catolicismo e ao cristianismo perfeitamente ortodoxo da engenheira Maria de Lurdes Pintasilgo.

**O Sr. Narana Coissoró (CDS):** — O Sr. Deputado está a pedir ou a dar esclarecimento, Sr. Presidente?!

**O Sr. Amândio de Azevedo (PSD):** — Isto não tem nada a ver!

**O Orador:** — Pela minha parte, Sr. Presidente e Srs. Deputados, educado no seio da igreja católica, desde cedo me habituei a ouvir que se algum dia a sociedade fosse governada por cristãos ela seria melhor.

Custa-me a aceitar, hoje, homem adulto, que, perante um caso de total coerência, em nome dos mais elementares princípios do Evangelho, Maria de Lurdes Pintasilgo tenha assumido altas funções neste país ...

**A Sr.<sup>a</sup> Natália Correia (PSD):** — Não posso crer!!

**O Orador:** — ... e tenha sido contestada de forma violenta pela direita quando da passagem do seu Governo.

**A Sr.<sup>a</sup> Natália Correia (PSD):** — Não consintam nisto!

**O Orador:** — A minha pergunta, Sr. Presidente, é estou de facto a fazer um pedido de esclarecimento é se a Sr.<sup>a</sup> Deputada do Partido Comunista Português entende que o catolicismo e, mais do que isso, o cristianismo, será, porventura, monopólio da direita, ou se, pelo contrário, o cristianismo é bem mais do que isso, é algo de universal e corresponde a um profundo apelo dos seres humanos e por isso não poderá ser, de forma alguma, monopolizado. É esta a minha pergunta.

**O Sr. Narana Coissoró (CDS):** — A Sr.<sup>a</sup> Deputada Zita Seabra é a pessoa mais indicada para responder!

**A Sr.<sup>a</sup> Natália Correia (PSD):** — Passe-lhe um atestado católico, passe-lhe! ...

**O Sr. Presidente:** — Sr.<sup>a</sup> Deputada Zita Seabra, pretende responder já?

**A Sr.<sup>a</sup> Zita Seabra (POP):** — Sim, Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente:** — Dispõe então de três minutos. Sr.<sup>a</sup> Deputada.

**O Sr. Amândio de Azevedo (PSD):** — Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.

**O Sr. Presidente:** — Tem então a palavra, Sr. Deputado.

**O Sr. Amândio de Azeedo (PSD):** — Sr. Presidente, não é que não fosse para mim perfeitamente aceitável que hoje, na discussão deste voto de protesto, houvesse pedidos de esclarecimento e respostas aos mesmos. Preocupa-me, todavia, o precedente que isto pode constituir.

Penso que o Regimento é bem claro e, salvo o devido respeito, a interpretação que o Sr. Presidente fez há pouco do artigo 86.<sup>º</sup> do Regimento não me parece a mais correcta, porque o que se diz no n.<sup>º</sup> 3 do mesmo artigo é que: «Apresentado à Assembleia o texto da proposta de voto ...», isto é, apresentado o documento na Mesa, «... poderá usar da palavra para discussão um Deputado de cada partido pelo período máximo de cinco minutos, procedendo-se seguidamente à votação».

Creio que a tradição e a interpretação do Regimento é no sentido de cada partido não usar, efectivamente, mais do que cinco minutos, não havendo lugar nem a pedidos de esclarecimento, nem a respostas aos mesmos, salvaguardando-se, efectivamente, o direito de protesto, de acordo com a norma geral de que há aí uma razão excepcional, mas no caso de haver razões para protestos, e não para apenas contestar pontos de vista diferentes.

A minha intervenção era, portanto, sem prejuízo de o Sr. Presidente poder — pela minha parte não há nenhum problema — conceder a palavra à Sr.<sup>a</sup> Deputada Zita Seabra por esta vez, mas fixando-se a interpretação correcta e regressando-se à interpretação fiel do Regimento e ao seu cumprimento, que, aliás, vem sendo tradicional.

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado, sabe V. Ex.<sup>a</sup> quanto eu, pessoalmente, aprecio a maneira como domina inteiramente o Regimento.

Em todo o caso, e devo esclarecer que a atitude que a Mesa tomou e da qual tomo particular responsabilidade, porque, neste caso, o ponto me pareceu tão claro que não senti necessidade de ouvir os Srs. Secretários — e, se por esse lado tiver agido com menos correção, a todos apresento as minhas desculpas —, o entendimento que faço é o seguinte: o artigo 86.<sup>º</sup> do Regimento regulamenta e determina o limite de tempo que cada partido pode usar na

discussão de votos de congratulação, de protesto, de saudação ou de pesar.

Ao regulamentar o uso da palavra, o artigo 98.<sup>º</sup> diz que a palavra pode ser dada aos Srs. Deputados para pedidos de esclarecimento, que se limitarão à formulação sintética da pergunta e da resposta. Não é limitado o pedido de esclarecimento a nenhuma espécie das diversas intervenções que os Srs. Deputados podem fazer.

Consequentemente, parece-me que não sou eu quem falta ao Regimento ao entender que pode ser necessário, numa figura que está em discussão, ser esclarecido sobre qualquer ponto dela.

O que a Mesa lamenta, e isso é diferente, é que a figura do pedido de esclarecimento, em vez de ser usada para o fim específico para que foi instituída — que é o de uma pergunta sintética sobre uma dúvida que se tem e com uma resposta clara e sintética também a tentar esclarecer essa dúvida —, seja sucessiva e repetidamente utilizada para contrapor, como se fosse uma verdadeira intervenção, os pontos de vista de quem usa, por esse lado e mal, a figura do pedido de esclarecimento. Entendo que ele é aqui possível, mas também reconheço e lamento que esteja sempre a ser usado para fins completamente diferentes daqueles para que o Regimento o prevê.

**A Sr.<sup>a</sup> Zita Seabra (PCP):** — Dá-me licença, Sr. Presidente?

**O Sr. Presidente:** — Com certeza, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

**A Sr.<sup>a</sup> Zita Seabra (PCP):** — Sr. Presidente, também é esse entendimento que o meu grupo parlamentar faz do Regimento, ou seja, de que não têm lugar os pedidos de esclarecimento, e por isso mesmo preciso da palavra.

**O Sr. Rui Pena (CDS):** — Muito bem!

**O Sr. Sousa Tavares (DR):** — Peço a palavra, Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado Sousa Tavares, V. Ex.<sup>a</sup> já fez o seu protesto, ao qual o Sr. Deputado interpelado entendeu não dever responder.

Vamos, portanto, passar adiante.

Comunico que estava na Mesa um pedido de prorrogação por trinta minutos do período de antes da ordem do dia que, suponho, o Partido Comunista, que o pediu, não hesitará em retirar porque os trinta minutos já foram afinal concedidos pela Mesa, com uma latitudine que a mesma não quis, por forma nenhuma, fazer-vos furtar.

**O Sr. Sousa Tavares (DR):** — Sr. Presidente, eu tinha pedido a palavra para formular um protesto em relação à intervenção do Deputado socialista.

**O Sr. Presidente:** — Mas ainda não interveio nenhum Sr. Deputado Socialista. O que foi feito foi um pedido de esclarecimento que seria exclusivamente respondido pela Sr.<sup>a</sup> Deputada Zita Seabra, que entendeu não o dever fazer.

Consequentemente, afigura-se-me que não há possibilidade de V. Ex.<sup>a</sup> protestar contra a interven-

ção do Sr. Deputado Socialista. V. Ex.<sup>a</sup> sabe o gosto com que pesonalmente sempre o oiço, só que não posso, regimentalmente, dar-lhe a palavra.

**O Sr. Sousa Tavares (DR):** — Com certeza, Sr. Presidente.

**A Sr.<sup>a</sup> Natália Correia (PSD):** — Sr. Presidente, eu também tinha pedido a palavra...

**O Sr. Presidente:** — Sr.<sup>a</sup> Deputada Natália Correia, V. Ex.<sup>a</sup> tinha pedido a palavra para que efeito?

**A Sr.<sup>a</sup> Natália Correia (PSD):** — Para um pedido de esclarecimento, Sr. Presidente.

**O Sr. Carlos Brito (PCP):** — Então?

**Vozes do PS:** — Não pode!

**O Sr. Presidente:** — Dispõe de três minutos, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

**A Sr.<sup>a</sup> Natália Correia (PSD):** — Usarei de menos tempo, Sr. Presidente.

Quero então pedir um esclarecimento à Sr.<sup>a</sup> Deputada Zita Seabra ...

*Risos do PCP.*

**A Sr.<sup>a</sup> Zita Seabra (PCP):** — Mas então?!

**A Oradora:** — É que estou muito preocupada com esta matéria, e por isso quero ser esclarecida.

**O Sr. Amândio de Azevedo (PSD):** — Mas agora não, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

**A Oradora:** — Desculpe, mas quero fazer o pedido de esclarecimento.

*Risos do PCP.*

*Protestos do PS.*

Sr. Presidente, insisto no meu pedido de esclarecimento.

**O Sr. Sousa Tavares (DR):** — Não pode, Sr.<sup>a</sup> Deputada ...

**O Sr. Vital Moreira (PCP):** — A Sr.<sup>a</sup> Deputada estava inscrita ...

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, a Mesa entendeu que devia conceder a palavra à Sr.<sup>a</sup> Deputada Natália Correia; assumo a responsabilidade de lha ter concedido.

**A Sr.<sup>a</sup> Natália Correia (PSD):** — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Srs. Deputados, quero esclarecer que o faço para desligar o meu partido deste compromisso; faço, em puro nome pessoal, à Deputada do Partido Comunista que usou — aliás comprehendo que não tenha sido como imagem de repulsa — várias vezes a imagem, à boa maneira do 24 de Abril ... — e boas

razões tem o Partido Comunista para não gostar de 24 de Abril, como eu também as tenho!

Pergunto, pois, se, tendo boas razões para não gostar do 24 de Abril e tendo usado frequentemente dessa imagem, à boa maneira do 24 de Abril, também se entusiasma com o facto de a engenheira Maria de Lurdes Pintasilgo ter sido procuradora à Câmara Corporativa, servindo um Governo totalitário e ditatorial e se, com certeza, não é essa a razão porque o Partido Comunista se entusiasma com a personalidade dessa senhora.

Reconhecer-lhe-ei outros méritos, mas este demérito não o esconde.

**Vozes do CDS:** — Muito bem!

**Vozes do PCP:** — Que vergonha!

**O Sr. Vital Moreira (PCP):** — O seu chefe esteve aqui antes do 25 de Abril!

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Zita Seabra para responder, se assim o entender.

**A Sr.<sup>a</sup> Zita Seabra (PCP):** — Sr. Presidente, vou responder à Sr.<sup>a</sup>. Deputada, porque é verdadeiramente um espanto, Sr.<sup>a</sup>. Deputada Natália Correia ...

Lamento que a Sr.<sup>a</sup> Deputado do PSD, exactamente de um partido que tem um Primeiro-Ministro que foi Deputado à Assembleia Nacional, venha aqui fazer uma calúnia dessas!...

*Aplausos do PCP, do PS e do MDP/CDE.*

*Protestos do PSD.*

**A Sr.<sup>a</sup> Natália Correia (PSD):** — Sr.<sup>a</sup> Deputada, não confunda a Assembleia com o corporativismo ... Peço a palavra, Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente:** — Sr.<sup>a</sup> Deputada Natália Correia, V. Ex.<sup>a</sup> desculpar-me-á, mas deseja usar da palavra com que finalidade?

**A Sr.<sup>a</sup> Natália Correia (PSD):** — Evidentemente que para protestar, Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente:** — Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

**A Sr.<sup>a</sup> Natália Correia (PSD):** — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada Zita Seabra: A Sr.<sup>a</sup> Deputada fui pouco atenta às minhas palavras. Eu disse que falei em meu nome pessoal e, Sr.<sup>a</sup> Deputada, pelo facto de estar no partido em que estou, não perdi a personalidade, como possivelmente acontecerá a algumas pessoas que estão no seu partido...

**Vozes do CDS:** — Muito bem!

**A Oradora:** — Quero também dizer-lhe, Sr.<sup>a</sup> Deputada, e espero que não o ignore, que entre a Assembleia Nacional — que era uma farsa — e o regime corporativo — que era, por definição, a própria essência de um governo fascista — há muita diferença!

**Vozes do PSD e do CDS:** — Muito bem!

*Risos do PCP.*

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, são 17 horas e 20 minutos, hora de fazermos o nosso intervalo. Convoco uma reunião dos grupos parlamentares para o meu Gabinete.

Está suspensa a reunião.

*Eram 17 horas e 20 minutos.*

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, está reaberta a sessão.

*Eram 19 horas.*

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, cumpre-me informar a Câmara, na sequência do facto, já de todos conhecido, da realização da sessão solene comemorativa do 6.º aniversário da Revolução do 25 de Abril, de que a chamada será feita às 14 horas.

Vlto a repetir que a sessão terá início às 14 horas e que, segundo o esquema estabelecido para a sucessiva chegada das individualidades convidadas a assistir e também pelos tempos previstos, é necessário que os Srs. Deputados se encontrem na Sala, realmente, às 14 horas, para a chamada poder estar concluída às 14 horas e 15 minutos, no máximo às 14 horas e 20 minutos.

A todos, portanto, o meu apelo para efectivamente estarem aqui às 14 horas em ponto.

Estava inscrito para usar da palavra, em primeiro lugar, o Sr. Deputado Borges Carvalho, mas, como este Sr. Deputado não se encontra ainda presente, vou dar a palavra ao Sr. Deputado Rui Pena, que dispõe de cinco minutos para fazer a sua intervenção.

O Sr. Rui Pena (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Uma vez mais pretendeu a oposição, certamente por carência de melhor matéria para ocupar os nossos trabalhos, transformar um *fait divers* no caso político do dia. E conseguiu, por muito que a todos nos pese o tempo perdido, uma vez mais a degradação do próprio debate parlamentar, sendo esta consequência, entre todas, certamente a pior.

**Vozes do CDS:** — Muito bem!

O Orador: — Abusando, com descaramento, dos direitos regimentais, dada a diminuta importância da questão, mas aquecido pelas pregações iluminadas dos Srs. Deputados Carlos Lage e Teresa Ambrósio, o Partido Socialista quis hoje fazer entrar no hagiórgio da democracia portuguesa a embaixadora graduada engenheira Maria de Lurdes Pintasilgo.

**Vozes do CDS:** — Muito bem!

O Orador: — Para tanto, apresentou, e está em discussão, um voto de protesto sobre um facto que ninguém ainda conseguiu demonstrar e que é o de ter o Governo Português impedido aquela senhora de ter sido eleita presidente das Convenções e Recomendações da UNESCO, também chamada dos Direitos do Homem. Não nos iludamos, porque não está em causa para o PS um problema de justiça, mas, sim, um problema de política. E não vale a pena por isso desmontar os «factos», pois de meras suposições se trata, constantes, aliás, dos considerandos do próprio voto, embora tenha o maior prazer em fazê-lo, se para isso for interpelado.

A Sr.ª Engenheira Pintasilgo não ingressou na carreira diplomática e deve o seu cargo a *benesse*, política pelos vistos do próprio Partido Socialista, que se fartou de as distribuir. E hoje o que o PS pretende é apoiar e justificar essa mesma situação de privilégio e de nepotismo, continuada não já pelo PS, porque a isso obstou o povo português em 2 de Dezembro, mas pelo próprio Presidente da República, que assim demonstra, sem necessidade de melhor garantia ou da assinatura de um contrato, plena sintonia com o Partido proponente deste voto.

*Aplausos do CDS.*

A Sr.ª Teresa Ambrósio (PS): — É mentira!

O Orador: — Embora embaixadora política, a pessoa em causa, por ter uma missão junto de um organismo internacional e não junto de um país, é embaixadora de Governo e não embaixador de Estado, devendo junto da UNESCO defender e executar a política do Governo, e não a sua ou a de outros que não façam parte do Governo.

**Vozes do CDS:** — Muito bem!

O Orador: — Aliás, é isso mesmo que refere o Estatuto da UNESCO, e os membros do Conselho Executivo, conforme dispõe o artigo 5.º da Convenção, são eleitos de entre os delegados nomeados pelos Estados membros e cada um deles representa o Governo do Estado de que é nacional. Cai assim manifestamente pela base tudo quanto nos foi dito pelas Sr.ªs Deputadas Teresa Ambrósio e Zita Seabra.

*Aplausos do CDS.*

Logo, a Sr.ª Embaixadora não se pode sentir livre como um passarinho, mas tem de seguir as orientações do seu Governo, seja onde for.

Ora, foi a própria Sr.ª Embaixadora quem declarou não estar em sintonia com o Governo da Aliança Democrática. Assim, tem inteira legitimidade, para além da legalidade que sustenta, a medida administrativa tomada, relativamente à embaixadora graduada, em Janeiro último, de a considerar «demorada em serviço em Lisboa». E porquê? Porque precisamente essa mesma embaixadora respondeu, quando interpelada pelo órgão competente, que não respeitava e não seguia as orientações do Governo e se dessolidarizava da sua política.

Trata-se, pois, neste voto de um mero elo de uma mais vasta manobra, com que não podemos pactuar, bem expressa hoje, aliás, na caixa do semanário dito independente *O Jornal* «Lurdes Pintasilgo proibida na UNESCO e na RTP 1 ...», confundindo problemas de Estado e de política externa com problemas de deontologia profissional.

**Vozes do PS:** — Censura!

O Orador: — Mas de todas estas especulações não podemos deixar de extrair algumas conclusões, e essas graves.

Em primeiro lugar, a instrumentalização ou o aproveitamento político de actos de órgãos e agentes do Estado que deviam limitar-se a seguir escrupulosamente os interesses de Portugal, e não os do partido a que aderiram.

E não é por acaso que o aproveitamento do caso Maria de Lurdes Pintasilgo surge no dia em que rebentou num dos órgãos que deveria merecer de todos nós a maior respeitabilidade um escândalo que vai determinar a sua morte a muito breve prazo — refiro-me à Comissão Constitucional e ao escandaloso acórdão de que a imprensa matutina de hoje se fez eco.

*Aplausos do CDS.*

Aqui, no caso da representação portuguesa junto da UNESCO, como na Comissão Constitucional, os interesses partidários vêm ao de cima, custe o que custar ...

**O Sr. Carlos Brito (PCP):** — É verdade!

**O Orador:** — ..., e ainda que determinem o afundamento do próprio órgão e contrariem a vontade colectiva do povo português. Mau sentido este do exercício das convicções e funções partidárias.

Em segundo lugar, a moção em análise pretende arvorar em mártir da política repressiva de um governo democrático Maria de Lurdes Pintasilgo, mas não terá êxito.

Embaixadora política e embaixadora de governos, determinaria o mais elementar sentido de «Poder Político» que a senhora tivesse apresentado a sua demissão em devido tempo. Não o fez. Temos de tirar uma conclusão: os actos de abuso e prepotência são da embaixadora em que ninguém votou, não são obviamente do Governo em quem votou a maioria dos portugueses.

*Vozes do CDS:* — Muito bem!

**O Orador:** — Finalmente, uma terceira questão, relacionada com a imparcialidade, foi-nos apresentada a Sr.ª Engenheira Maria de Lurdes Pintasilgo sob o signo da independência e como capaz de levar Portugal às eleições legislativas de Dezembro passado com absoluta e total isenção.

Este voto, a sua origem e os apoios que conseguiu demonstram à evidência que a ex-Primeiro-Ministro foi como tal designada única e exclusivamente como a derradeira tentativa do actual Presidente da República para perpetuar a maioria de esquerda no nosso país.

*Vozes do CDS:* — Muito bem!

**O Orador:** — Sr. Presidente e Srs. Deputados, por estes e por muitos outros argumentos que poderíamos aduzir, o Grupo Parlamentar do CDS votará contra este voto.

*Aplausos do CDS e do PSD.*

**O Sr. Vital Moreira (PCP):** — E foi preciso este tempo todo para receber o telex de Copenhaga?...

**O Sr. Presidente:** — Também para uma intervenção pelo período de cinco minutos, tem a palavra o Sr. Deputado Borges de Carvalho.

**O Sr. Borges de Carvalho (PPM):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Mais uma vez o PS ressuscita nesta

Assembleia a história já velha e requentada da engenheira Maria de Lurdes Pintasilgo e do seu ex-governo. Aliás, o PS fê-lo sozinho, mas foi prontamente acompanhado pelo seu parceiro da oposição Partido Comunista Português. E isto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é a prova provada à evidência de que o PS e o PCP se serviram do impasse da democracia portuguesa, que não dispunha de uma maioria estável nesta Assembleia, se serviram das simpatias pessoais do Sr. Presidente da República e, inclusivamente, se serviram da ingenuidade e da perplexidade do povo católico português ...

**Vozes do CDS:** — Isso é grave!

**O Orador:** — ... para instalarem, confortável e responavelmente, o seu Governo nas cadeiras do Poder.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**A Sr.ª Teresa Ambrósio (PS):** — Que vergonha!

**O Orador:** — Mas mais, talvez fundamentalmente, o PS e o PCP serviram-se desse Governo, que tão carinhosamente apoiaram e apoiam, para adiar a manifestação da vontade popular e para adiar a derrota que, inevitavelmente, viriam a sofrer em 2 de Dezembro último.

**O Sr. Vital Moreira (PCP):** — Que votos teve o PPM?

**O Orador:** — Que se passou, afinal, que justifique a posição agora aqui assumida pelo Partido Socialista? Um embaixador político que não goza da confiança de um Governo democraticamente no Poder e se recusa a apresentar a sua demissão quando esse Governo sobe ao Poder. De facto, como já aqui foi dito, se qualquer embaixador é responsável perante o Governo que representa, muito mais um embaixador político está nesse caso. Que me diga agora o Partido Socialista se conservaria algum embaixador que não lhe desse garantias políticas ou profissionais de ser um representante fiel da sua política.

**O Sr. António Guterres (PS):** — Hernâni Lopes.

**O Orador:** — Eu sei, Sr. Deputado António Guterres, e foi isso exactamente que disse aqui neste caso. Nós conhecemos tão bem como o Sr. Deputado o caso do Dr. Hernâni Lopes, e não só. Foi por isso mesmo que eu falei em responsabilidade política, em confiança política e em confiança profissional. Honra seja ao PS esse facto. No entanto, a verdade é que com esta senhora passava-se um caso diferente, na medida em que não nos merece nem confiança política nem confiança profissional.

**Vozes do PSD e do CDS:** — Muito bem!

*Protestos do PS.*

**O Orador:** — A própria ética, não a ética política, não a ética profissional, nem sequer uma ética de rotina de serviço, mas a ética *tout court*, deveria ter levado a engenheira Maria de Lurdes Pintasilgo a apresentar a sua demissão logo que o Governo AD subiu ao Poder.

**O Sr. Vítor Louro (PCP):** — Essa é uma ética nova!

**O Orador:** — Não o fez. Nem pelo respeito pelo voto popular, o que põe em causa os seus sentimentos democráticos, nem sequer por respeito pelo próprio Presidente da República, que era o seu sustentáculo político e que ficou colocado numa posição menos que favorável em todo este assunto.

Acusa-se agora o Governo da Aliança Democrática de ter feito um saneamento.

**A Sr.<sup>a</sup> Teresa Ambrósio (PS):** — Com certeza!

**O Orador:** — Eu sei que, e faça-se justiça, ao Partido Socialista não se podem assacar muitos saneamentos.

*Risos do PS.*

No entanto, já não acontece o mesmo quanto à engenheira Maria de Lurdes Pintasilgo. Eu lembro nesta Câmara o caso do funcionário da Embaixada de Portugal na UNESCO que foi pura e simplesmente escorraçado da sua função por incompatibilidade de gênio com aquela senhora.

**A Sr.<sup>a</sup> Teresa Ambrósio (PS):** — Isto é delírio!

**O Orador:** — Portanto, veio o Partido Socialista aqui transformar o lobo em cordeiro e o cordeiro em lobo. É esta a verdadeira natureza do voto que aqui foi apresentado. E é tendo em consciência essa natureza que o Partido Popular Monárquico votará contra o voto apresentado pelo Partido Socialista.

*Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.*

**O Sr. Presidente:** — Igualmente para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Heriberto Goulart.

**O Sr. Heriberto Goulart (MDP/CDE):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O MDP/CDE vai votar a favor da moção apresentada pelo Partido Socialista por entender que a não autorização para a engenheira Maria de Lurdes Pintasilgo se deslocar à UNESCO constitui um acto de flagrante perseguição política, de baixa tentativa de humilhação pessoal e de inequívoco desprestígio de Portugal no plano internacional.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Com efeito, a perseguição política foi critério determinante da posição tomada contra um ex-Primeiro-Ministro, apenas em razão de discordância com a orientação que a enformou enquanto no exercício das funções governativas e com a imagem do Portugal democrático, nascido do 25 de Abril, que Maria de Lurdes Pintasilgo sempre transmitiu.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — O critério de humilhação pessoal resulta claro do próprio prestígio da personalidade da engenheira Maria de Lurdes Pintasilgo, cuja capacidade moral, intelectual e política é reconhecida nacional e internacionalmente.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — O inequívoco desprestígio de Portugal no plano internacional é a consequência de uma actuação do Governo que impede a possível atribuição, repito a possível atribuição, a um português da presidência de uma das mais significativas comissões da UNESCO.

De resto, este acto comprova não só o espírito revanchista do Governo como ainda é exemplar da adopção em matéria de conduta internacional de princípios em contradição com o espírito de tolerância e os ideais democráticos que o 25 de Abril tornou em valores queridos do nosso povo.

Pesem embora os argumentos aqui usados, em desespero de causa, pelas bancadas da maioria de apoio ao Governo, procurando iludir que Maria de Lurdes Pintasilgo se encontrava no Conselho Executivo da UNESCO a título pessoal, a questão agora em causa é verificar o sentido da votação que vai verificar-se.

A votação desta Assembleia da República será significativa para se verificar se a maioria dá cobertura a uma atitude de intolerância e de perseguição política que marca a mediocridade deste Governo e a sua ruptura com as regras de procedimento democrático.

Se assim acontecer, ficará provado que tal mediocridade e tal ruptura se identificam afinal com o próprio projecto político da AD.

Maria de Lurdes Pintasilgo sofreu agora uma tentativa de humilhação, mas é, afinal, o Ministro dos Negócios Estrangeiros, e com ele todo o Governo que continuamente afirma a sua identificação de actuação como um bloco coeso, que sairá humilhado deste acto e que sairá retratado de corpo inteiro na sua dimensão humana e política.

Maria de Lurdes Pintasilgo, pelo seu valor intelectual e cívico, está acima desta violência. No entanto, não queremos deixar de lhe manifestar aqui a nossa solidariedade — de que, aliás, não tem necessidade — a jeito de quem presta uma merecida homenagem. E será esse também o sentido do voto do MDP/CDE.

*Aplausos do MDP/CDE, do PS e do PCP.*

**O Sr. Presidente:** — Como não há mais intervenções sobre a matéria do voto de protesto apresentado pelo PS, vamos proceder à sua votação.

*Submetido à votação, foi rejeitado, com votos a favor do PS, do PCP, do MDP/CDE e da UDP e com votos contra do PSD, do CDS, do PPM e dos Deputados reformadores.*

*Após ter sido anunciada a votação, registaram-se aplausos do PSD, do CDS e do PPM e protestos do PCP.*

**O Sr. Carlos Brito (PCP):** — Palmas à repressão!

**O Sr. Vital Moreira (PCP):** — Batem palmas à repressão e ao autoritarismo!

**O Sr. Amândio de Azevedo (PSD):** — Sr. Presidente, peço a palavra para interpellar a Mesa.

**O Sr. Presidente:** — Tenha a bondade.

**O Sr. Amândio de Azevedo (PSD):** — Sr. Presidente, parece-me, se interpreto bem o Regimento, que o

PS não tem direito a fazer declarações de voto uma vez que fez já uma intervenção aquando da discussão do voto. Creio que o único partido que tem direito a fazer declaração de voto é o PSD e para isso peço a palavra.

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado, suponho que V. Ex.<sup>a</sup> não assistiu a toda a conferência dos grupos parlamentares e devo, pois, informá-lo que ficou aí estabelecido, por consenso, que o processo de ultimar esta discussão seria efectivamente aquele que V. Ex.<sup>a</sup> está a presenciar; ficou ainda estabelecido que poderiam, nos termos regimentais, fazer declarações de voto os partidos que não tivessem intervindo na discussão. Assim, por este consenso, terão direito a fazer declarações de voto um Deputado do PS, que já foi indicado ser o Sr. Deputado Carlos Lage, um Deputado do PSD e o Sr. Deputado Mário Tomé, que se quiser usar desse direito como representante da UDP pode fazê-lo, visto não ter feito qualquer intervenção durante a discussão.

Este é o esclarecimento que eu queria dar a propósito da oportuna intervenção de V. Ex.<sup>a</sup>, que tinha todo o cabimento se não fosse o consenso que tenho e gosto de anunciar.

**O Sr. Amândio de Azevedo (PSD):** — Peço a palavra, Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente:** — O Sr. Deputado desculpará, mas o Sr. Deputado Carlos Lage tinha pedido a palavra antes de V. Ex.<sup>a</sup> para fazer uma declaração de voto.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Lage.

**O Sr. Carlos Lage (PS):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Também pelo caso de Maria de Lurdes Pintasilgo, pela sua acção e por aquilo que significa, há hoje uma fronteira entre aqueles que respeitam os valores da liberdade, da tolerância e a personalidade alheia e aqueles que adoptam da política uma concepção cínica, que têm instintos de retaliação e de vingança para quem lhes desagrada e com quem não concordam.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Não sei se isto é uma bipolarização moral, mas, de facto, o Partido Socialista está do lado daqueles que se opõem à opressão, ao desrespeito pela personalidade alheia, à desconsideração não só da personalidade, mas também pela acção daqueles que se dedicaram à causa pública e que, como é o caso de Maria de Lurdes Pintasilgo, irradiam inteligência, competência, capacidade e dedicação à coisa pública.

Disse na minha intervenção que para o Governo AD é preciso neutralizar esta mulher, persegui-la e humilhá-la, mas verifiquei também, pelas intervenções que acabaram de fazer nesta Câmara os Srs. Deputados da maioria, que também a eles competem os objectivos de perseguir, humilhar e caluniar Maria de Lurdes Pintasilgo — aliás, basta pensar nas palavras que o Sr. Deputado Rui Pena dirigiu à Sr.<sup>a</sup> Engenheira Maria de Lurdes Pintasilgo, palavras pejorativas, repassadas de aversão!

Por outro lado, várias vezes se afirmou hoje nesta Câmara que Maria de Lurdes Pintasilgo não estava

no Conselho da UNESCO por mérito pessoal nem por eleição. Tenho aqui um jornal de hoje que diz o seguinte: «Estrasburgo, 24 — O director-geral da UNESCO afirmou em Estrasburgo que Lurdes Pintasilgo é membro do Conselho Executivo a título pessoal e não governamental.»

Têm aqui os Srs. Deputados a resposta às contestações que tentaram fazer relativamente às afirmações por nós produzidas!

**O Sr. Rui Pena (CDS):** — Dá-me licença que o interrompa, Sr. Deputado?

**O Orador:** — Não, Sr. Deputado, não permito que me interrompa, pois estou a produzir uma declaração de voto e tenho apenas três minutos.

Afirmou-se também aqui, numa disputa havida entre o Sr. Deputado Sousa Tavares e a minha bancada, que a Sr.<sup>a</sup> Deputada Teresa Ambrósio tinha encetado um processo de calúnias e que tinha chamado ao Sr. Deputado Sousa Tavares estouvado.

Houve, perante a Mesa, um requerimento da minha parte pedindo que isso fosse tirado a limpo através da leitura da gravação. Por essa leitura verificou-se que a primeira pessoa a empregar esse termo foi o Sr. Deputado Sousa Tavares ao dizer que Maria de Lurdes Pintasilgo se caracteriza por um certo estouvamento, ao que a Sr.<sup>a</sup> Deputada Teresa Ambrósio respondeu que afirmações estouvadas eram as do Sr. Deputado Sousa Tavares. Por aqui se prova que, de facto, quem caluniou foi o Sr. Deputado Sousa Tavares, que não tinha qualquer razão para dirigir admoestações e censuras ásperas e injustas à minha camarada Teresa Ambrósio.

Além disto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, queremos também dizer que, para nós, não estão em causa uma questão de política e uma questão de justiça, como se fossem valores antitéticos, como quis sugerir o Sr. Deputado Rui Pena, pois para nós estes valores são conciliáveis e interdependentes. Já sabíamos que o Sr. Deputado Rui Pena e a bancada da AD tinham uma concepção antitética entre a política e a justiça, mas as suas palavras foram uma confirmação e ainda bem que as proferiu perante esta Câmara.

*Aplausos do PS.*

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Tomé.

**O Sr. Mário Tomé (UDP):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Independentemente da posição que a UDP assumiu em relação ao Governo da engenheira Maria de Lurdes Pintasilgo, e que continua a considerar justa, apoiamos o voto do Partido Socialista na medida em que o mesmo visa repudiar um grave atentado às liberdades e aos direitos dos cidadãos.

A engenheira Maria de Lurdes Pintasilgo é uma mulher digna, competente e considerada a nível nacional e internacional, que ocupa por direito próprio um lugar de prestígio na UNESCO.

Só um Governo reaccionário como o da AD, levado por uma intolerável sanha revanchista, seria capaz de assumir tão vergonhosa atitude.

Todos os processos servem este Governo: as arbitrariedades, as perseguições, a censura, a represália, a repressão e exemplo desses processos que os seus lacaios e esbirros são os primeiros a usar, é o caso de nos dias 22 e 24 o cidadão Alberto Andrade, da Comissão Distrital da UDP na Madeira, ter sido repetidamente detido para identificação, embora logo da primeira vez que foi detido transportasse consigo o bilhete de identidade, tendo sido, mesmo assim, repetida e sistematicamente detido por andar a distribuir panfletos sobre as comemorações do 25 de Abril!

Isto é o que se passa sobre a égide deste Governo, que é um Governo indigno e só nos resta derrubá-lo!

**Vozes do PSD:** — Querias!

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Amândio de Azevedo.

**O Sr. Amândio de Azevedo (PSD):** — Sr. Presidente, antes de fazer a minha declaração de voto e pedindo que este tempo não seja descontado nos três minutos que tenho para fazer essa declaração, gostaria...

**Uma voz do PS:** — Porquê?

**O Orador:** — Porque se trata de um problema relacionado com o Regimento. Penso que tenho o direito de intervir relativamente a esta matéria e portanto peço à Mesa para usar dessa faculdade.

Como eu ia dizendo, gostaria de referir que o Sr. Deputado Carlos Lage usou da palavra por duas vezes, tendo na sua declaração de voto referido expressamente o que tinha dito na sua intervenção.

Não vou levantar o problema, apenas desejo que esta situação não se repita e que daqui para o futuro o Regimento seja escrupulosamente respeitado na discussão e votação dos votos apresentados à Mesa.

**A Sr.<sup>a</sup> Zita Seabra (POP):** — E os Deputados do seu partido também respeitam?

**O Orador:** — Quando não respeitarem, a Sr.<sup>a</sup> Deputada faça favor de chamar a atenção à Mesa como eu acabei de fazer.

Vou agora fazer a minha declaração de voto, Sr. Presidente, e vou fazê-la num tom que, propostadamente, se vai afastar daquele que a oposição pretendeu imprimir a este debate.

Do debate sobre o voto apresentado resulta com toda a clareza que o que a oposição pretendeu foi aproveitar-se — mais uma vez — de um facto perfeitamente legítimo e que é da competência do Governo.

**A Sr.<sup>a</sup> Zita Seabra (PCP):** — Sanear?!

**O Orador:** — Era a título pessoal que a Sr.<sup>a</sup> Engenheira Lurdes Pintasilgo queria deslocar-se à ONU? Então para que é que pediu autorização ao Governo? Se a pediu cabe ou não ao Governo concedê-la discricionariamente consoante entender que é da conveniência dos interesses que lhe cabe defender?

Isto é indiscutível, não há aqui lugar para protestos, pode haver lugar para discordância, que aliás não me surpreende porque o Partido Socialista, e já não falo no Partido Comunista, tem uma atitude de

oposição sistemática ao Governo e, sem cuidar de saber se há ou não razões para discordar das suas soluções, a sua posição é sempre contra.

Mas a posição do Partido Socialista devia ser a favor, pois um partido que nomeia uma embaixadora política, que tem a sua confiança política, devia, à partida, reconhecer que um governo em relação ao qual está em oposição, só por esse simples facto, tinha toda a legitimidade para não estar de acordo com a sua continuação nesse lugar.

Gostaria ainda de frisar àqueles que querem endear a engenheira Pintasilgo que saneamento foi a Sr.<sup>a</sup> Engenheira que os fez e como exemplo posso citar o facto de quando o conselho de gestão da Empresa Notícias/Capital entendeu por bem não sanear o director de *A Capital*, os membros do conselho de gestão que não votaram a favor do saneamento foram eles próprios pura e simplesmente saneados!

*Aplausos do PSD, do PPM, do CDS e dos Deputados reformadores.*

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado, peço-lhe o favor de abreviar, o seu tempo terminou.

**O Orador:** — Serei breve, Sr. Presidente, mas eu não gastei, com certeza, na declaração de voto os três minutos, uma vez que as declarações prévias nada tiveram a ver com ela.

De qualquer modo, termino já e termino fazendo justiça a uma pessoa que não se encontra aqui para se defender e que foi injustamente atacada, injustamente denegrida a sua imagem.

A Sr.<sup>a</sup> Deputada Zita Seabra comparou a posição do Dr. Francisco Sá Carneiro à posição da engenheira Lurdes Pintasilgo na sua acção anterior ao 25 de Abril. Eu gostaria de lembrar — e já foi várias vezes referido, ninguém tem o direito de o desconhecer — que o Sr. Dr. Francisco Sá Carneiro, com o apoio de um grupo de pessoas, ao qual me honro de ter pertencido, aceitou a sua candidatura à Assembleia Nacional da altura com base numa declaração pública, que pode ser lido por quem quiser, na qual dizia — não garanto os termos, mas garanto a ideia — que aceitava a candidatura não porque fosse da União Nacional, porque não concordava com a União Nacional, mas apenas porque pensava que havia condições para se poder lutar pela restauração das liberdades públicas em Portugal. E foi exclusivamente para isso que aceitou o mandato e que foi para a Assembleia Nacional.

*Aplausos do PSD, do CDS, do PPM e dos Deputados reformadores.*

Penso que ninguém que tenha um mínimo de objectividade nos seus juízos recusará o papel de extrema relevância que teve a actuação do então Deputado Francisco Sá Carneiro nesta Assembleia Nacional em favor dos direitos do homem.

**Vozes do PCP:** — Nesta, não!

**O Orador:** — Disse Assembleia Nacional referindo-me a esta Casa e perceberam bem!

E o próprio Partido Comunista teve oportunidade de elogiar a acção do Dr. Francisco Sá Carneiro, nomeadamente no que respeita ao pedido que ele fez

para visitar a cadeia de Peniche, e que veio a realizar, para averiguar das condições de tratamento dos presos políticos que aí estavam.

Portanto, não se façam confusões! A Sr.<sup>a</sup> Engenheira Lurdes Pintasilgo antes do 25 de Abril esteve na Câmara cooperativa sem nenhuma declaração deste género, numa atitude solidária com o Governo de então, e Francisco Sá Carneiro teve uma atitude de ruptura que levou até ao fim, saindo desta Casa quando chegou à conclusão que não podia lutar pelos seus objectivos.

*Aplausos do PSD, do CDS, do PPM e dos Deputados reformadores.*

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, antes de encerrar o período de antes da ordem do dia, cumpre-me informar VV. Ex.<sup>as</sup> de que está na Mesa — e não foi lido na altura do expediente por mero lapso e eu mais do que ninguém lamento-o — um ofício do Sr. Juiz de Direito da Comarca de Setúbal, concretamente do 3.<sup>º</sup> Juizo, em que se pede informação sobre se deve ou não ser submetido a julgamento de um auto de transgressão, que posso esclarecer ter sido de excesso de velocidade, o Sr. Deputado Leonardo Eugénio Ramos Ribeiro de Almeida.

*Risos.*

É um processo já bastante antigo que só agora recomeçou a sua marcha normal. Com despacho meu, o ofício baixa à Comissão de Regimento e Mandatos à qual informa que, no seu direito soberano de decidir, muito gostaria de não beneficiar de qualquer privilégio, fosse de que espécie fosse, e de me submeter à justiça nos precisos termos de qualquer cidadão português.

*Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.*

**O Sr. Presidente:** — Está encerrado o período de antes da ordem do dia e vamos entrar na ordem do dia.

## ORDEM DO DIA

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Pinto da Cruz para proceder à leitura de um relatório da Comissão de Regimento e Mandatos.

**O Sr. Pinto da Cruz (CDS):** — É do seguinte teor o relatório e parecer da Comissão de Regimento e Mandatos, que passo a ler:

### Comissão de Regimento e Mandatos

#### Relatório e parecer

Em reunião realizada no dia 24 de Abril de 1980, pelas 17 horas e 30 minutos, foi apreciada a seguinte substituição de Deputados:

1 — Solicitada pelo Partido do Centro Democrático Social:

Emídio Ferrão da Costa Pinheiro (círculo eleitoral de Setúbal), por Henrique Augusto Rocha Ferreira. Esta substituição é pedida por um período não superior a seis meses, a partir do próximo dia 26 de Abril, inclusivo.

2 — Analisados os documentos pertinentes de que a Comissão dispunha, verificou-se que o substituto indicado é real e actualmente o primeiro candidato não eleito ainda não solicitado na ordem de precedência da lista eleitoral de entre os apresentados a sufrágio pelo referido partido no respectivo círculo eleitoral.

3 — Foram observados todos os preceitos regimentais e legais.

4 — Finalmente, a Comissão entende proferir o seguinte parecer:

A substituição em causa é de admitir, uma vez que se encontram verificados os requisitos legais.

A Comissão: Presidente, Mário Júlio Montalvão Machado (PSD) — Vice-Presidente, António Cândido Miranda Macedo (PS) — Secretário, José Manuel Maia Nunes de Almeida (PCP) — Secretário, Alexandre Correia de Carvalho Reigoto (CDS) — Fernando Raimundo Rodrigues (PSD) — Fernando Monteiro do Amaral (PSD) — Nicolau Gregório de Freitas (PSD) — João Baptista Machado (PSD) — António Duarte e Duarte Chagas (PSD) — Bento Elísio de Azevedo (PS) — Álvaro Augusto Veiga de Oliveira (PCP) — Lino Carvalho de Lima (PCP) — Victor Afonso Pinto da Cruz (CDS) — Francisco Gonçalves Cavaleiro de Ferreira (CDS) — Domingos da Silva Pereira (CDS) — Nuno Maria Monteiro Godinho de Matos (Indep. Ref.) — Luís Manuel Alves de Campos Catarino (MDP/CDE) — Mário António Baptista Tomé (UDP).

**O Sr. Presidente:** — Se nenhum dos Srs. Deputados tem qualquer objecção a fazer, a Mesa considera o relatório aprovado por unanimidade.

*Pausa.*

Vamos agora proceder às declarações de voto relativas à proposta de lei n.º 313/I, sobre o direito de asilo a refugiados.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vital Moreira.

**O Sr. Vital Moreira (PCP):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A proposta de lei do Governo contra a qual votámos era — tornou-se claro pelos seus dispositivos e, inclusivamente, pela justificação que aqui foi dada pelo Governo — a primeira pedra daquilo a que eu já noutra altura chamei, na tradição portuguesa, mais uma ignóbil porcaria» que o Governo se propunha edificar no campo do regime jurídico das eleições em Portugal.

**O Sr. Amândio de Azevedo (PSD):** — Que linguagem tão violenta!

**O Orador:** — Ela visava fabricar, artifcial e artificiosamente, no estrangeiro mais uns grossos milhares de eleitores, mesmo entre não nacionais, que depois justificassem roubar aos círculos do continente uns quantos Deputados para os atribuir aos círculos do estrangeiro, onde a AD conta manter um apoio confortável, o apoio que teme nos círculos do continente e a nível nacional em geral.

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado, tenho que lhe pedir desculpa para rectificar uma informação que me chegou inexacta, pelo que anunciei declarações de voto sobre um determinado diploma e V. Ex.<sup>a</sup> está a proceder a ela sobre outro e está a proceder correctamente.

A informação que dei foi a de que as declarações de voto eram sobre a Lei do Estatuto do Refugiado e não é isso. Ora, o que estava estabelecido e por lapso tinha sido omitido na ordem do dia são as declarações de voto sobre a proposta de lei cujo número anunciei correctamente e que é a proposta de lei n.º 313/I, mas relativa ao recenseamento eleitoral.

Portanto, fica assim rectificada a minha informação inicial.

**O Orador:** — As justificações governamentais não fizeram mais do que confirmar os propósitos fraudulentos de, através da alteração da Lei do Recenseamento, criar as condições para manter a sua artificial maioria parlamentar — mesmo transformando-se a sua minoria eleitoral em minoria ainda maior — por todos os meios, mesmo à custa da burla e da batota, do ardil, da viciação ou da trocagem eleitoral, isto é, da ausência de genuinidade do próprio recenseamento.

Na verdade, as alterações propostas permitiam tudo isso, e aquilo que alguns dos Srs. Deputados não ouviram com agrado é fácil provar, bastando dizer que não havia qualquer garantia de fiscalizar e de assegurar que o recensamento de cidadãos residentes no estrangeiro fosse feito com um mínimo de lealdade, de dignidade e de genuinidade. Não estava de modo algum garantido que o recenseamento abrangesse cidadãos apenas com capacidade eleitoral, nem sequer garantia que abrangesse apenas cidadãos nacionais.

E por falar em moralidade e lealdade, creio ser útil trazer ao conhecimento da Assembleia um facto que me parece susceptível de elucidar claramente as intenções do Governo nesta matéria.

Na reunião passada, aproximadamente a meio da sessão, notei, juntamente com outros Deputados, que uma equipa de filmagens procedia à filmagem da sessão. E com alguma surpresa, notei que as luzes do hemicírculo só se acenderam para o Deputado do PSD, Sr. Deputado Teodoro da Silva; notei ainda que a pessoa que acompanhava a *cameramen* tinha, obviamente, o texto que o Sr. Deputado Teodoro da Silva lia e que, em determinado momento, que posso precisar porque o fixei e anotei, deu sinal para que a equipa sonora que estava instalada na bancada da imprensa estrangeira iniciasse a gravação. Terminada a intervenção do Sr. Deputado Teodoro da Silva, essa filmagem acabou e as luzes apagaram-se.

Alguém comentou o seguinte: mas agora a televisão lembrou-se outra vez da Assembleia da República? Não, não era a televisão, era óbvio que não eram câmaras de TV, mas sim câmaras de filmar. Como justificação, disse alguém, aparte, que o PSD iniciou a tomada de vistas para a sua campanha eleitoral. Isso era legítimo e nada havia contra o facto de, legitimamente, obter a autorização competente de fazer tomar vistas de um Deputado a intervir.

Em todo o caso, para tirar dúvidas, resolvi pedir, através do Sr. Presidente da Assembleia da República, aos serviços competentes informação sobre os propósitos de tal filmagem e, sobretudo, sobre a sua selectividade. O Sr. Presidente fez-me saber — aliás, mandando-me cópia do pedido que justamente foi autorizado, nem havia razão nenhuma para não o ser —, que não era nada do PSD. Era sim do Governo que pedia para um senhor, que se dá por produtor de cinema, rodar um filme de comentário patrocinado pela Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros ...

#### Risos do PCP.

..., para ser exibido por esta entidade oficial — Secretaria de Estado — durante a fase de recenseamento eleitoral da emigração.

#### Risos do PCP e do PS.

Ora, «esse filme a realizar sobre a Assembleia da República, a ser exibido junto dos núcleos de emigrantes portugueses espalhados pelo Mundo para mais completa informação destes, devia tomar vista dos debates e votação da Lei do Recenseamento e da Lei Eleitoral».

É um justo propósito do Governo o de tomar um filme sobre a Assembleia da República e sobre os debates, mas ninguém julgará que é justo que esse filme, encomendado a um produtor, aliás, pouco conhecido, sirva apenas para tomar vistas de intervenções de um Deputado de um dos partidos governamentais e ainda por cima com todo o ar manifesto de conluio, que se traduz no facto de essa equipa ter previamente conhecimento da intervenção escrita do Deputado e saber exactamente onde devia começar a gravação e a tomada de vistas.

Eis, pois, aqui o que é a lealdade e a honestidade deste Governo e o que ele se propunha fazer com esta Lei do Recenseamento e com a campanha de operação a que ela estava ligada.

#### Aplausos do PCP, do PS e do MDP/CDE.

Para poupar tempo à Assembleia, creio que é de me dispensar de ler a passagem cuja gravação foi tomada, que fixei e anotei. Mas, esta denúncia que aqui estou a fazer e que é grave não pode ser posta em causa: toda a gente se lembra do momento em que se acenderam as luzes na última reunião da Assembleia da República, e eu tive o cuidado de chamar a atenção para Deputados, para funcionários da Assembleia e, inclusivamente, para órgãos da informação para tomarem em conta aquilo que felizmente até era óbvio, porque tal equipa não se deu a grandes cuidados para, ao menos, dar uma imagem de pluralismo. Fixo apenas a intervenção do Sr. Deputado Teodoro da Silva.

**Vozes do PCP e do PS:** — Isto é uma vergonha, é um escândalo!

**O Orador:** — A maioria — e importa justificar o nosso voto neste ponto — invocou a questão dos emigrantes e o argumento era o de que esta alteração da Lei do Recenseamento visava evitar uma discriminação contra os emigrantes, como se a Lei do Recen-

tável global e sua tributação; projecto de lei n.º 460/I, do Sr. Deputado Luís Cacito e outros (PS), sobre a demarcação da região vitícola da Vidigueira, Cuba e Alvito; projecto de lei n.º 461/I, do Sr. Deputado Carreira Marques e outros (PCP), sobre o regime fiscal das cooperativas de habitação económica.

Srs. Deputados, convoco de imediato uma reunião dos grupos parlamentares.

Os trabalhos reabrem amanhã às 14 horas para a sessão solene de comemoração do VI Aniversário do 25 de Abril.

Está encerrada a sessão.

*Eram 20 horas.*

*Deputados que entraram durante a sessão:*

**Partido Social-Democrata (PSD)**

Amândio Anes de Azevedo.  
Amélia Cavaleiro M. de Andrade de Azevedo.  
Américo Abreu Dias.  
António Maria Pereira.  
António Maria de O. Ourique Mendes.  
Arménio dos Santos.  
Carlos Manuel Pereira de Pinho.  
Dinah Serrão Alhandra.  
Fernando dos Reis Condeesso.  
Fernando José da Costa.  
Fernando Manuel A. Cardoso Ferreira.  
José da Assunção Marques.  
José Bento Gonçalves.  
José Manuel Meneres Sampaio Pimentel.  
Manuel Luís Fernandes Malaquias.  
Maria Helena do Rego da C. Salema Roseta.  
Marília Dulce C. P. Morgado Raimundo.  
Mário Marques Ferreira Maduro.

**Partido Socialista (PS)**

Adelino Teixeira de Carvalho.  
Albano Pereira da Cunha Pina.  
António Fernando Marques R. Reis.  
António Francisco Barroso Sousa Gomes.  
António José Sanches Esteves.  
António Manuel Maldonado Gonelha.  
António Manuel de Oliveira Guterres.  
Carlos Manuel Natividade Costa Candal.  
Eduardo Ribeiro Pereira.  
Francisco de Almeida Salgado Zenha.  
Francisco Cardoso P. de Oliveira.  
Francisco Manuel Marcelo M. Curto.  
Gualter Viriato Nunes Basílio.  
Jaime José Matos da Gama.  
João Cardona Gomes Cravinho.  
Joaquim Sousa Gomes Carneiro.  
José Luís do Amaral Nunes.  
José Manuel Niza Antunes Mendes.  
José Maria Parente Mendes Godinho.  
Luís Filipe Nascimento Madeira.  
Manuel Francisco da Costa.  
Maria Emilia de Melo Moreira da Silva.  
Maria Teresa V. Bastos Ramos Ambrósio.  
Mário Alberto Nobre Lopes Soares.  
Victor Manuel Ribeiro Constâncio.

**Partido Comunista Português (PCP)**

António Dias Lourenço da Silva  
Joaquim Victor Baptista G. de Sá.

Victor Henrique Louro de Sá.  
Zita Maria de Seabra Roseiro.

**Centro Democrático Social (CDS)**

Alfredo Albano de C. de Azevedo Soares.  
Américo Maria Coelho Gomes de Sá.  
António Martins Canaverde.  
Eugénio Maria Anacoreta Correia.  
José Manuel Rodrigues Casqueiro.  
Luís Carlos C. Veloso de Sampaio.  
Manuel Cunha Mota.  
Maria Tabita L. F. Mendes Soares.  
Rogério Leão.  
Ruy Garcia de Oliveira.

**Agrupamento Parlamentar dos Reformadores**

Armando Adão e Silva.  
Francisco José de Sousa Tavares.

*Deputados que faltaram à sessão:*

**Partido Social-Democrata (PSD)**

António Augusto Lacerda de Queiroz.  
Germano Lopes Cantinho.  
João Vasco da Luz Botelho de Paiva.

**Partido Socialista (PS)**

Alberto Arons Braga de Carvalho.  
Armando Filipe Cerejeira P. Bacelar.  
Armando dos Santos Lopes.  
Herculano Rocha.  
João Alfredo Félix Vieira Lima.  
João Joaquim Gomes.  
José Gomes Fernandes.  
Luís Silvério Gonçalves Saias.  
Manuel Alegre de Melo Duarte.  
Manuel Alfredo Tito de Moraes.  
Manuel José Bragança Tender.  
Maria de Jesus Simões Barroso Soares.  
Raul da Assunção Pimenta Rego.  
Rui Fernando Pereira Mateus.  
Victor Manuel R. Fernandes de Almeida.

**Partido Comunista Português (PCP)**

João António Gonçalves do Amaral.  
José António Veríssimo Silva.

**Centro Democrático Social (CDS)**

Henrique José C. de Meneses P. Moraes.  
Henrique Rocha Ferreira.  
José Augusto Fernandes Sanches Osório.

**Partido Popular Monárquico (PPM)**

Augusto Martins Ferreira do Amaral.

**Agrupamento Parlamentar dos Reformadores**

José Manuel Medeiros Ferreira.

O REDATOR PRINCIPAL, *Manuel Adolfo de Vasconcelos*. — O REDATOR DE 1.ª CLASSE, *Armindo Augusto Afonso*.

tinha feito sair a este respeito eram uma tentativa de execução antecipada da lei, mesmo antes de ela ser aprovada na Assembleia da República, ao criar postos de recensamento independentemente de se saber se os partidos que representavam a Assmbleia da República podem ou não designar membros para esses postos. E más, sabendo que em muitos desses postos nos Estados Unidos, na África do Sul e inclusivamente no Brasil não é possível a alguns dos partidos nomearem tais fiscais, e que isso é uma das condições que preclui a possibilidade de existência de posto de recenseamento, aí está a mostrar que este Governo se propôs executar a lei antes da sua aprovação e, obviamente, vai continuar a tentar fazer isso com a eleivosia e o acinte que o caracterizam.

Aliás, o Ministro da Administração Interna também não deixou de dizer que agora é óbvio que o Governo perdeu um mecanismo importante, mas que não está impedido de, através dos serviços oficiais e de campanhas de informação, obter o mesmo efeito que pretendia com a lei. Só que não há nenhuma lei — a lei que foi derrotada é que lho dava — que dê ao Governo o direito de promover oficiosamente campanhas pró-recenseamento. A comissão promotora de que o Governo se muniu pode, obviamente, ser nomeada, mas não tem qualquer cabimento legal a partir do momento em que a proposta governamental foi derrotada.

Contudo, já que estamos a falar em comissões promotoras, que dizer dessa comissão? Quem é que a constitui? É fácil ler o despacho que diz: «Presidente, o embaixador Carlos Fernandes.» Uma personalidade bastante conhecida, embaixador que no dia 16 de Março de 1974, de Haia, enviou um telegrama de congratulação ao Sr. Primeiro-Ministro Marcelo Caetano regozijando-se com a «derrota da tentativa de golpe de Estado da soldadesca das Caldas da Rainha».

É, pois, este homem, nomeado pelo Governo AD, que preside à comissão promotora do recenseamento.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Que vergonha!

O Orador: — São estes os homens do 25 de Abril com que a direita e o Governo da AD tentam fazer promover o recenseamento democrático para o exceder aos portugueses residentes no estrangeiro. É este homem — que representou o fascismo antes do 25 de Abril e que agora continua a ter a confiança política do Governo da AD, porque senão teria, certamente, sido saneado como foi a Sr.ª Maria de Lurdes Pintasilgo — que foi nomeado para presidir à comissão promotora do recenseamento democrático dos cidadãos portugueses residentes no estrangeiro. Quem é que acredita nisto, na deslealdade e até na decência de iniciativas destas?

Ao fim e ao cabo, Srs. Deputados da maioria, o que é que pretendem com actos desta natureza? Não vos parece que este acinte contra o 25 de Abril e contra os homens e as mulheres do 25 de Abril e esta amizade e recurso recorrente aos homens do 24 de Abril é altamente preocupante? E que dizer hoje da notícia segundo a qual o governador civil de Lisboa se propunha fazer que os festeiros populares de comemoração do 25 de Abril terminassem à meia-noite e meia hora?

Risos do PCP.

Que ridículo, Srs. Deputados! Então vocês não acham que é o cúmulo da desfaçatez invocar a lei de reunião para vir dizer às pessoas, aos homens e mulheres que querem festejar o 25 de Abril, que não podem ir para além da meia-noite e meia hora? Pois não vos parece que isto é demais e que este ódio e esta incapacidade de ouvir falar em festejar o 25 de Abril são demasiado pesados ainda hoje em Portugal? Pois não vos parece que atitudes destas deitam a perder qualquer possibilidade de este Governo se reclamar, não direi já da social-democracia, não direi já do regime democrático, mas apenas daquelas esperanças fundamentais do 25 de Abril? Que ridículo, Srs. Deputados! Quando um Governo recorre a este meio mesquinho, quando deixa entendido tão claramente que nem sequer suporta os festeiros do 25 de Abril e que invoca a lei do direito de reunião para dizer às pessoas que não vão para além da meia-noite e meia, aonde chegámos, Srs. Deputados da maioria?

No entanto, uma coisa é certa: os festeiros do 25 de Abril far-se-ão, o recenseamento democrático continuará a ser feito de forma democrática e as tentativas de burla e a primeira e as seguintes operações da «ignobil porcaria» não voltarão. A direita foi derrotada desta vez aqui na Assembleia da República e provavelmente continuará a ser derrotada aqui e lá fora no terreno popular.

*Aplausos do PCP, do PS e do MDP/CDE.*

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, também por consenso estabelecido na reunião dos grupos parlamentares que há pouco se efectuou, ficou deliberado que esta sessão se encerraria às 20 horas em ponto pela circunstância de já hoje haver compromissos de Srs. Deputados que têm de estar em festeiros nocturnos da comemoração do 25 de Abril.

Contudo, antes de encerrar a sessão desejo anunciar que deram entrada na Mesa os seguintes diplomas: proposta de lei n.º 314/I, que visa a aprovação do protocolo financeiro entre o Governo da República Francesa e o Governo da República Portuguesa, assinado em Paris em 30 de Novembro de 1979; projecto de lei n.º 452/I, dos Srs. Deputados reformadores, que diz respeito à protecção do património cultural e natural; projecto de lei n.º 453/I, do Sr. Deputado Sousa Tavares e outros Deputados reformadores, sobre o Museu das Descobertas e do Ultramar; projecto de lei n.º 454/I, do Sr. Deputado Medeiros Ferreiras e outros Deputados reformadores, sobre a compra anual de obras de arte pelo Estado; projecto de lei n.º 455/I, dos Srs. Deputados Pedro Roseta (PSD), Rui Pena (CDS), Ferreira do Amaral (PPM) e outros, sobre o processo de recenseamento dos cidadãos residentes no estrangeiro; projecto de lei n.º 456/I, do Sr. Deputado Ribeiro Teles e outros (PPM) sobre a classificação de interesse público do jardim da Fundação de Calouste Gulbenkian; projecto de lei n.º 457/I, do Sr. Deputado Almeida Santos (PS), que diz respeito às atribuições das autarquias locais e competências dos respectivos órgãos; projecto de lei n.º 458/I, do Sr. Deputado Guerreiro Norte (PSD), sobre a elevação do concelho de Portimão à categoria de urbano de 1.ª ordem; projecto de lei n.º 459/I, do Sr. Deputado Salgado Zenha (PS), que diz respeito à divulgação pela administração do rendimento colec-

tável global e sua tributação; projecto de lei n.º 460/I, do Sr. Deputado Luís Cacito e outros (PS), sobre a demarcação da região vitícola da Vidigueira, Cuba e Alvito; projecto de lei n.º 461/I, do Sr. Deputado Carreira Marques e outros (PCP), sobre o regime fiscal das cooperativas de habitação económica.

Srs. Deputados, convoco de imediato uma reunião dos grupos parlamentares.

Os trabalhos reabrem amanhã às 14 horas para a sessão solene de comemoração do VI Aniversário do 25 de Abril.

Está encerrada a sessão.

*Eram 20 horas.*

*Deputados que entraram durante a sessão:*

**Partido Social-Democrata (PSD)**

Amândio Anes de Azevedo.  
Amélia Cavaleiro M. de Andrade de Azevedo.  
Américo Abreu Dias.  
António Maria Pereira.  
António Maria de O. Ourique Mendes.  
Arménio dos Santos.  
Carlos Manuel Pereira de Pinho.  
Dinah Serrão Alhandra.  
Fernando dos Reis Condesso.  
Fernando José da Costa.  
Fernando Manuel A. Cardoso Ferreira.  
José da Assunção Marques.  
José Bento Gonçalves.  
José Manuel Meneres Sampaio Pimentel.  
Manuel Luís Fernandes Malaquias.  
Maria Helena do Rego da C. Salema Roseta.  
Marília Dulce C. P. Morgado Raimundo.  
Mário Marques Ferreira Maduro.

**Partido Socialista (PS)**

Adelino Teixeira de Carvalho.  
Albano Pereira da Cunha Pina.  
António Fernando Marques R. Reis.  
António Francisco Barroso Sousa Gomes.  
António José Sanches Esteves.  
António Manuel Maldonado Gonelha.  
António Manuel de Oliveira Guterres.  
Carlos Manuel Natividade Costa Candal.  
Eduardo Ribeiro Pereira.  
Francisco de Almeida Salgado Zenha.  
Francisco Cardoso P. de Oliveira.  
Francisco Manuel Marcelo M. Curto.  
Gualter Viriato Nunes Basílio.  
Jaime José Matos da Gama.  
João Cardona Gomes Cravinho.  
Joaquim Sousa Gomes Carneiro.  
José Luís do Amaral Nunes.  
José Manuel Niza Antunes Mendes.  
José Maria Parente Mendes Godinho.  
Luís Filipe Nascimento Madeira.  
Manuel Francisco da Costa.  
Maria Emilia de Melo Moreira da Silva.  
Maria Teresa V. Bastos Ramos Ambrósio.  
Mário Alberto Nobre Lopes Soares.  
Victor Manuel Ribeiro Constâncio.

**Partido Comunista Português (PCP)**

António Dias Lourenço da Silva  
Joaquim Victor Baptista G. de Sá.

Victor Henrique Louro de Sá.  
Zita Maria de Seabra Roseiro.

**Centro Democrático Social (CDS)**

Alfredo Albano de C. de Azevedo Soares.  
Américo Maria Coelho Gomes de Sá.  
António Martins Canaverde.  
Eugenio Maria Anacoreta Correia.  
José Manuel Rodrigues Casqueiro.  
Luís Carlos C. Veloso de Sampaio.  
Manuel Cunha Mota.  
Maria Tiabita L. F. Mendes Soares.  
Rogério Leão.  
Ruy Garcia de Oliveira.

**Agrupamento Parlamentar dos Reformadores**

Armando Adão e Silva.  
Francisco José de Sousa Tavares.

*Deputados que faltaram à sessão:*

**Partido Social-Democrata (PSD)**

António Augusto Lacerda de Queiroz.  
Germano Lopes Cantinho.  
João Vasco da Luz Botelho de Paiva.

**Partido Socialista (PS)**

Alberto Arons Braga de Carvalho.  
Armando Filipe Cerejeira P. Bacelar.  
Armando dos Santos Lopes.  
Herculano Rocha.  
João Alfredo Félix Vieira Lima.  
João Joaquim Gomes.  
José Gomes Fernandes.  
Luís Silvério Gonçalves Saisas.  
Manuel Alegre de Melo Duarte.  
Manuel Alfredo Tito de Moraes.  
Manuel José Bragança Tender.  
Maria de Jesus Simões Barroso Soares.  
Raul da Assunção Pimenta Riego.  
Rui Fernando Pereira Mateus.  
Victor Manuel R. Fernandes de Almeida.

**Partido Comunista Português (PCP)**

João António Gonçalves do Amaral.  
José António Veríssimo Silva.

**Centro Democrático Social (CDS)**

Henrique José C. de Meneses P. Moraes.  
Henrique Rocha Ferreira.  
José Augusto Fernandes Sanches Osório.

**Partido Popular Monárquico (PPM)**

Augusto Martins Ferreira do Amaral.

**Agrupamento Parlamentar dos Reformadores**

José Manuel Medeiros Ferreira.

O REDATOR PRINCIPAL, *Manuel Adolfo de Vasconcelos*. — O REDATOR DE 1.ª CLASSE, *Armindo Augusto Afonso*.

**PREÇO DESTE NÚMERO 32\$00**

**IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA**